



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

SARAH EDSA RODRIGUES MARTINS

**ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS SURDAS NA BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS
HUMANAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ: DIRETRIZES PAUTADAS
NA ANÁLISE DE POLÍTICAS DE ACESSIBILIDADE**

FORTALEZA

2022

SARAH EDSA RODRIGUES MARTINS

ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS SURDAS NA BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS
HUMANAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ: DIRETRIZES PAUTADAS
NA ANÁLISE DE POLÍTICAS DE ACESSIBILIDADE

Monografia apresentada ao Curso de Biblioteconomia do Departamento de Ciências da Informação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção de Título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Áurea Montenegro Albuquerque Guerra

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M346a Martins, Sarah Edsa Rodrigues.

Acessibilidade para pessoas surdas na Biblioteca de Ciências Humanas da Universidade Federal do Ceará: diretrizes pautadas na análise de políticas de acessibilidade / Sarah Edsa Rodrigues Martins. – 2022.

98 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de Biblioteconomia, Fortaleza, 2022.

Orientação: Profa. Dra. Maria Áurea Montenegro Albuquerque Guerra.

1. Surdos. 2. Biblioteca Universitária. 3. Acessibilidade. 4. Universidade Federal do Ceará. 5. Surdez. I. Título.

CDD 020

SARAH EDSA RODRIGUES MARTINS

ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS SURDAS NA BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS
HUMANAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ: DIRETRIZES PAUTADAS
NA ANÁLISE DE POLÍTICAS DE ACESSIBILIDADE

Monografia apresentada ao Curso de
Biblioteconomia do Departamento de
Ciências da Informação da Universidade
Federal do Ceará, como requisito para
obtenção de Título de Bacharel em
Biblioteconomia.

Aprovada em: __/__/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Maria Áurea Montenegro Albuquerque Guerra (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a. Dr^a. Gabriela Belmont de Farias
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Ma. Giordana Nascimento
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a. Dr^a. Virgínia Bentes Pinto
Universidade Federal do Ceará (UFC)

À minha avó Francisca Luiza Rodrigues (in memoriam) que partiu há alguns meses, antes de me ver concluir essa etapa, mas que sempre se orgulhou do meu progresso, com muito amor e saudade.

À minha mãe, que sozinha e com muita paciência me ensinou a falar, independente da surdez, sempre estando ao meu lado.

Aos melhores irmãos que poderia desejar: Samantha, Edson Júnior, Sabrina e David, por todo incentivo, apoio e carinho que me deram nessa jornada.

AGRADECIMENTOS

A Prof.^a Dra. Juliana Buse por suas observações e orientação inicial, indispensáveis para nortear esse trabalho.

A Prof.^a Dra. Áurea Montenegro por aceitar o desafio de me acompanhar e orientar, apesar das dificuldades e imprevistos, até a conclusão desta jornada e, especialmente, por todo apoio, compreensão e ombro amigo.

A Prof.^a Dra. Gabriela Belmont, a Prof.^a Dra. Virgínia Bentes e a Bibliotecária Ma. Giordana Nascimento por aceitarem compor a banca de avaliação desta monografia.

A Fábيا Nascimento, secretária da coordenação do curso de Biblioteconomia, por toda ajuda, esclarecimentos e paciência infinita.

A todos os professores do departamento de Biblioteconomia por todos os ensinamentos ao longo dessa graduação.

Aos meus melhores amigos Carla e Emanuel pelas conversas, discussões e descontrações, muitíssimo necessárias para a conclusão dessa graduação.

A minha tia Fátima e minha prima Marília por suas ajudas e orientações que, mesmo sendo ocasionais, foram essenciais.

Aos meus irmãos Edson Júnior e Sabrina que inspiraram a temática deste trabalho.

A minha mãe por ser minha primeira professora, meu exemplo, minha âncora, minha parceira para todas as horas, sem a qual jamais seria capaz de enfrentar os piores momentos de depressão e seguir em frente.

A Deus por me guiar e iluminar o meu caminho até aqui, mesmo nos meus momentos mais sombrios.

RESUMO

A acessibilidade para pessoas surdas na biblioteca é uma temática pouco desenvolvida, gerando a pergunta central deste trabalho: Qual a contribuição das políticas de acessibilidade para o atendimento de usuários surdos na Biblioteca de Ciências Humanas da Universidade Federal do Ceará? Com o objetivo geral de analisar as políticas de acessibilidade para o usuário surdo, visando a criação de uma diretriz de acessibilidade para o atendimento desse público na Biblioteca de Ciências Humanas da Universidade Federal do Ceará, os objetivos específicos são: a) analisar as políticas de acessibilidade da Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal de Santa Catarina e Universidade Federal do Rio de Janeiro, assim como dos seus sistemas de bibliotecas; b) identificar semelhanças e diversidades entre as políticas; e c) desenvolver uma diretriz para o atendimento acessível de usuários surdos na Biblioteca de Ciências Humanas da Universidade Federal do Ceará. A temática se justifica pela vivência da autora enquanto surda de nascença, usuária de bibliotecas e bibliotecária, além de sua relevância pelo papel social que a Biblioteca de Ciências Humanas exerce como biblioteca universitária e, ainda, da importância acadêmica do assunto na formação do profissional de Biblioteconomia. A metodologia comparativa e exploratória se aplicou na pesquisa bibliográfica, documental e no estudo de caso da Biblioteca de Ciências Humanas da Universidade Federal do Ceará, através da análise comparativa das políticas de acessibilidade das universidades selecionadas e de seus respectivos sistemas de bibliotecas. A exploração de cada política evidenciou aspectos semelhantes dentre as ações desenvolvidas por cada uma, bem como demonstrou pontos que divergiam por sua notoriedade, resultando na elaboração da Diretriz de Acessibilidade para Atendimento de Pessoas Surdas na Biblioteca de Ciências Humanas da Universidade Federal do Ceará, pautada na pesquisa desenvolvida neste trabalho. Concebeu-se que a inexistência de um documento próprio para a acessibilidade de pessoas surdas no contexto das universidades federais e de suas bibliotecas, mesmo compreendendo que a comunidade surda institui uma parcela significativa dentro da Universidade Federal do Ceará, demonstra a necessidade de elaboração e/ou aprimoramento de medidas de acessibilidade para esse usuário que, até então, carece de maior atenção.

Palavras-chave: Acessibilidade. Pessoas Surdas. Surdos. Biblioteca inclusiva. Biblioteca de Ciências Humanas da Universidade Federal do Ceará. Política de acessibilidade. Diretriz de acessibilidade.

ABSTRACT

Accessibility for deaf people in the library is a little developed theme, generating the central question of this work: What is the contribution of accessibility policies to the care of deaf users in the Library of Human Sciences of the Federal University of Ceará? With the general objective of analyzing accessibility policies for the deaf user, aiming at the creation of an accessibility guideline for the attendance of this public at the Library of Human Sciences of the Federal University of Ceará, the specific objectives are: a) review accessibility policies of Federal University of Ceará, Federal University of Santa Catarina and Federal University of Rio de Janeiro, as well as its library systems; b) identify similarities and diversity between policies; and c) develop a guideline for the affordable care of deaf users in Library of Humanities of the Federal University of Ceará. The theme is justified by the author's experience as a deaf born, library user and librarian, in addition to its relevance to the social role that Humanities Library plays as a university library and, also, the academic importance of the subject in the training of the bibliography professional. The comparative and exploratory methodology was applied in the bibliographic, documentary research and case study of Library of Humanities of the Federal University of Ceará, through the comparative analysis of the accessibility policies of the selected universities and their respective library systems. The exploitation of each policy showed similar aspects among the actions developed by each, as well as demonstrated points that diverged by its notoriety, resulting in the elaboration of the Accessibility Guideline for The Care of Deaf People in Library of Humanities of the Federal University of Ceará, based on the research developed in this work. It was conceived that the lack of a proper document for the accessibility of deaf people in the context of federal universities and their libraries, even understanding that the deaf community institutes a significant portion within the Federal University of Ceará, demonstrates the need for the elaboration and/or improvement of accessibility measures for this user, which, until then, lacks greater attention.

Keywords: Accessibility. Deaf people. Deaf. Inclusive library. Library of Humanities of the Federal University of Ceará. Accessibility policy. Accessibility guideline.

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1 - UFC em Números 2016 (Base 2015): Acessibilidade UFC Includi..... | 35 |
| Tabela 2 - Distribuição numérica de pessoas vinculadas a UFC em 2015..... | 35 |
| Tabela 3 - Censo de Estudantes com Deficiência: Censo 2015..... | 36 |
| Tabela 4 - Censo de Estudantes com Deficiência: Censo 2020..... | 37 |
| Tabela 5 - Relação de cursos de graduação atendidos pela BCH..... | 40 |
| Tabela 6 - Distribuição numérica de alunos com Deficiência Auditiva por curso no Centro de Humanidades..... | 44 |
| Tabela 7 – Recursos de comunicação tátil para acessibilidade comunicacional de pessoas surdocegas, surdas e com deficiência auditiva..... | 48 |
| Tabela 8 – Recursos de comunicação visual para acessibilidade comunicacional de pessoas surdocegas, surdas e com deficiência auditiva..... | 48 |
| Tabela 9 – Recursos de comunicação sonora para acessibilidade comunicacional de pessoas surdocegas com audição residual..... | 50 |
| Tabela 10 – Pontos de convergência entre as Políticas de Acessibilidade da Secretaria de Acessibilidade UFC Includi, da CAE/UFSC e da DIRAC/UFRJ..... | 72 |
| Tabela 11 – Pontos de divergência entre as Políticas de Acessibilidade da Secretaria de Acessibilidade UFC Includi, da CAE/UFSC e da DIRAC/UFRJ..... | 73 |
| Tabela 12 – Pontos de convergência entre as Políticas de Acessibilidade do SB/UFC, da BU/UFSC e do SIBI/UFRJ..... | 75 |
| Tabela 13 – Pontos de divergência entre as Políticas de Acessibilidade da BU/UFSC e da SIBI/UFRJ..... | 75 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas
AI Serviço de Acessibilidade Informacional
BCH Biblioteca de Ciências Humanas
BCH/UFC Biblioteca de Ciências Humanas da Universidade Federal do Ceará
BI Biblioteca Inclusiva
BU Biblioteca Universitária
BU/UFSC Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina
CAE Coordenadoria de Acessibilidade
CAE/UFSC Coordenadoria de Acessibilidade da Universidade Federal de Santa Catarina
CC Closed Caption (legenda oculta)
CID Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde
DA Deficiência Auditiva
DIRAC Diretoria de Acessibilidade
DIRAC/UFRJ Diretoria de Acessibilidade da Universidade Federal do Rio de Janeiro
DOS Divisão de Orientação e Suporte
ENEM Exame Nacional do Ensino Médio
FPAI Fórum Permanente UFRJ Acessível e Inclusiva
Libras Língua Brasileira de Sinais
NAPESS Núcleo de Atendimento e Projetos Educacionais para Pessoas Surdas e com Surdocegueira
NBR Norma Brasileira
PCD Pessoa com Deficiência
PNS Pesquisa Nacional de Saúde
PROAFE Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Equidade
SAPD Seção de Atendimento a Pessoas com Deficiência
SAUI Secretaria de Acessibilidade UFC Inlucui
SB/UFC Sistema de Bibliotecas UFC
SIBI Sistema de Bibliotecas e Informação
TGD Transtornos Globais de Desenvolvimento
UF Universidade Federal

UFC Universidade Federal do Ceará

UFRJ Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFSC Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 11 |
| 2 PENSANDO A ACESSIBILIDADE | 17 |
| 2.1 Tipos de acessibilidade | 18 |
| 2.1.1 Barreiras urbanísticas | 21 |
| 2.1.2 Barreiras arquitetônicas | 21 |
| 2.1.3 Barreiras nos transportes | 22 |
| 2.1.4 Barreiras nas comunicações e na informação | 22 |
| 2.1.5 Barreiras atitudinais | 23 |
| 2.1.6 Barreiras tecnológicas | 24 |
| 2.2 Fundamentação Legal | 24 |
| 3 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA | 29 |
| 3.1 A surdez e seus aspectos históricos | 30 |
| 3.2 Pessoas com Deficiência na Universidade Federal do Ceará | 34 |
| 4 BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS | 39 |
| 4.1 O papel social da Biblioteca Inclusiva | 41 |
| 4.2 Comunidade Surda na Universidade Federal do Ceará | 43 |
| 4.3 Acessibilidade para surdos na biblioteca | 44 |
| 4.3.1 Comunicacional | 46 |
| 4.3.2 Informacional | 50 |
| 4.3.3 Atendimento acessível | 52 |
| 5 METODOLOGIA | 55 |
| 5.1 Política de Acessibilidade da Universidade Federal do Ceará | 56 |
| 5.1.1 Acessibilidade no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará | 59 |
| 5.2 Política de Acessibilidade da Universidade Federal de Santa Catarina | 60 |
| 5.2.1 Serviço de Acessibilidade Informacional da Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina | 62 |
| 5.3 Política de Acessibilidade da Universidade Federal do Rio de Janeiro | 64 |
| 5.3.1 Acessibilidade no Sistema de Bibliotecas e Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro | 66 |
| 6 ANÁLISE E RESULTADOS | 69 |
| 6.1 Pontos de Convergência e de Divergência entre as Políticas de Acessibilidade | 69 |

| | |
|--|----|
| 6.1.1 Universidades Federais | 70 |
| 6.1.2 Sistemas de Bibliotecas | 74 |
| 6.2 Diretriz de Acessibilidade para Pessoas Surdas na Biblioteca de Ciências Humanas da Universidade Federal do Ceará | 76 |
| 6.2.1 Parâmetros para a comunicação | 77 |
| 6.2.2 Parâmetros para a informação | 78 |
| 6.2.3 Parâmetros para o atendimento | 80 |
| 7 CONCLUSÃO | 83 |
| REFERÊNCIAS | 85 |
| GLOSSÁRIO | 92 |

1 INTRODUÇÃO

A Universidade é uma instituição de ensino superior responsável pela estimulação do pensamento crítico, do desenvolvimento de novos saberes, de conhecimentos científicos e da sociedade através do ensino, da produção e da transmissão do conhecimento. Levando em consideração que, como explica Cervo e Bervian (2002, p. 7), o conhecimento tem duas realidades: do sujeito cognoscente e a do objeto conhecido, tendo em vista que o objeto pode fazer parte do cognoscente, a partir do momento em que o sujeito se apropria, de certo modo, do objeto conhecido.

Nesse contexto, a Biblioteca Universitária (BU) se consolida como um recurso indispensável para o funcionamento do sistema universitário ao se comprometer em atender as necessidades informacionais dos seus usuários, disponibilizando serviços e produtos de modo acessível para melhor atender a todos, possibilitando o desenvolvimento de novos conhecimentos através da leitura e expandindo a visão de mundo dos usuários. Porém,

[...] o uso da potencial informação por esses usuários não fica circunscrito apenas às questões relativas a produções científicas, mas também à própria construção e exercício de uma possível cidadania. O acesso à informação e uso consciente de tais informações traz a possibilidade de direitos básicos. (BUSQUET, 2012, p. 45).

Todavia, para que este processo de aprendizagem e transformação seja possível, é imprescindível que a informação seja acessível para todos e, além disso, que o bibliotecário tenha a capacidade de atuar como mediador entre o usuário e a informação. A partir disso, entramos na questão da acessibilidade informacional e comunicacional da BU e seu preparo ou suas condições para o atendimento dos usuários com deficiência, por meio do acesso efetivo à informação e serviços da biblioteca. Portanto,

A acessibilidade na biblioteca universitária é fundamental para que todos os usuários se sintam incluídos na sociedade, devendo haver uma preocupação, por parte dos profissionais da informação, em adequar suas unidades de informação para atender toda uma diversidade de usuários. [...] cumprindo seu papel que é o de apoiar o estudante do início ao final do curso. (FIALHO, 2012, p.155).

Ao se fazer uma breve revisão da literatura acerca da Biblioteca Inclusiva (BI), é perceptível que a maior parte dos trabalhos já produzidos se concentram principalmente na acessibilidade arquitetônica, comunicacional, instrumental, programática e atitudinal relacionadas a deficientes físicos e visuais. A sociedade carrega consigo o estigma de focar nas deficiências visíveis, ou seja, que sejam possíveis de identificar através da visão, tais

como a deficiência física, a visual ou a mental, em alguns casos. Dito isso, este trabalho é focado na acessibilidade para pessoas surdas, considerando que esses usuários tendem a ter necessidades informacionais e dificuldades diversas daquelas que são consideradas “habituais” na BU, pois

Em razão da existência de alunos com deficiência nas universidades, faz-se necessário um preparo especial na estruturação da biblioteca universitária para que a inclusão aconteça, permitindo aos alunos com deficiência condições de igualdade em sua formação e o seu reconhecimento enquanto cidadãos. (PAULA; CARVALHO, 2009, p. 69)

Essa estruturação deve ir além do espaço físico, abrangendo todos os âmbitos de uma biblioteca, seja em questão de suporte acessível da informação ou do bibliotecário com competência para atender o usuário com deficiência. Desse modo, o estudo se concentra na Biblioteca de Ciências Humanas (BCH) da Universidade Federal do Ceará (UFC), visto que a BCH atende aos usuários do campus do Benfica, em geral da área de humanas e deve, também, atender aos usuários do curso de Letras Libras, no qual se encontra a maior parte de pessoas surdas ou com algum grau de perda auditiva que sejam vinculadas à UFC.

Dito isso, a questão central é: Qual a contribuição das políticas de acessibilidade para o atendimento de usuários surdos na BCH? Com isso, o objetivo geral é a análise de políticas de acessibilidade para o usuário surdo, visando a criação de uma diretriz de acessibilidade para o atendimento desse público na BCH. Desse modo, os objetivos específicos deste trabalho são:

- a) analisar as políticas de acessibilidade da UFC, da UFSC, da UFRJ e de seus respectivos sistemas de bibliotecas;
- b) identificar as semelhanças e diversidades dentre as políticas;
- c) propor uma diretriz para o atendimento acessível de usuários surdos na BCH pautada na análise anterior.

Desse modo, é importante salientar que o interesse pela acessibilidade para pessoas surdas surgiu a partir da própria vivência da autora, surda de nascença, com perda sensorial bilateral de moderado a severo no ouvido esquerdo e de severo a profundo no ouvido direito, além de ser oralizada e possuir dois irmãos com o mesmo grau de surdez. Assim sendo, a questão abordada é de fundamental relevância para a autora, não só como profissional bibliotecária, mas também como indivíduo com surdez e usuária da biblioteca. Considerando que ainda há muitos estereótipos acerca do surdo, tais como: todo surdo é

mudo, não escuta nada, não consegue falar, dentre outros tantos que reúnem toda a diversidade da cultura surda em um único conceito: o surdo é uma pessoa incapaz. Compreendemos que

Esse status social ou estigma (marca/rótulo) que é o modo depreciativo de avaliar as diferenças ou características de uma pessoa é socialmente formado. Em outras palavras, socialmente há uma tendência de considerarmos a diferença como uma deficiência, descartando essas pessoas do próprio processo de socialização. (NASCIMENTO, 2011, p. 6).

Conseqüentemente, essa segregação torna-se aparente em uma instituição de ensino de grande porte como a UFC, tendo em mente que nem todo surdo é fluente no Português, visto que a Língua Brasileira de Sinais (Libras) geralmente é considerada sua língua materna, o que ocasiona as principais dificuldades dessa comunidade na sociedade: a comunicacional e informacional. De fato, Silva e Bernardino (2015, p. 32) esclarecem que

O termo acessibilidade comunicacional é mencionado quando a linguagem verbal não alcança todas as pessoas, há uma barreira que impede o acesso da mensagem entre receptor e emissor. Pode ser percebida quando alguém não sabe francês, língua de sinais ou sistema de escrita em braile, por exemplo. Partindo desse pressuposto, as pessoas com deficiência visual e auditiva são excluídas do contexto informacional quando a estratégia comunicacional foi precocemente abortada.

Com isso, é importante ter em mente o que Oliveira, Alves e Maia (2013, n. p) explicam sobre os serviços prestados na biblioteca, em que este “implica efetivamente em prestar um serviço informacional a alguém, sem restrição [...], pois a informação é um direito de qualquer cidadão que dela procura e/ou necessita”. As autoras também explanam acerca da BI, pois “é um ambiente de atendimento e acolhimento de todos, como forma de inclusão social num espaço destinado à informação a partir de um elo de integração entre os indivíduos e a biblioteca” (OLIVEIRA; ALVES; MAIA, 2013, n. p). Vale salientar que a principal incumbência do bibliotecário, enquanto profissional da informação, é a simplificação do acesso às informações, de forma a facilitar a construção do conhecimento e desenvolvimento do usuário.

Com tantas funções desenvolvidas por esse profissional, todas visando o atendimento e a satisfação do usuário, outra que merece abordagem é o papel social que esse profissional desenvolve, principalmente por que o atendimento é voltado para as necessidades do usuário, ou seja, sua função é prestar serviços a sociedade que dela busca. (OLIVEIRA; ALVES; MAIA, 2013, n. p)

Tendo em vista o papel social do bibliotecário, dado que “é uma profissão essencialmente social, uma profissão de mediação e de contato, de ‘fazer com o outro’ de

fazer para o outro” (CUNHA, 2003, n. p), é compreensível a necessidade de um estudo acerca da acessibilidade para pessoas surdas na biblioteca, visando maneiras de melhorar esse aspecto, principalmente em relação a acessibilidade comunicacional e informacional desse usuário. Dessa forma, possibilitando a discussão dessa temática, mesmo que ainda de forma limitada, pois não há muita bibliografia específica sobre o assunto, porém, ambicionando incentivar e motivar futuros trabalhos para maior aprofundamento dessa questão.

O assunto deste trabalho é justificado por sua evidente relevância social e acadêmica, tendo em vista que a BU é um componente fundamental para a formação cidadã dos seus usuários e, portanto, é imprescindível que se aborde a acessibilidade para pessoas surdas nesse contexto e, além disso, enquanto profissionais da informação, é de suma importância que a temática seja desenvolvida e estudada no âmbito da biblioteconomia, considerando o fato de que os profissionais dessa área devem concluir sua graduação com competência em exercer sua profissão com foco em seu usuário: com eles, para eles e por eles. Conseqüentemente, o tema é extremamente pertinente para o progresso da sociedade e, também, para o progresso do exercício bibliotecário, seja no tratamento da informação ou até mesmo no atendimento ao usuário.

Este trabalho se desenvolve em sete seções, considerando esta introdução como o primeiro deles, enquanto as seções dois, três e quatro constituem o arcabouço teórico e bibliográfico, além disso, a quinta seção aborda a metodologia utilizada e expõe as informações da coleta de dados, culminando na seção seguinte, o sexto, tratando da análise dos dados coletados e no resultado: a elaboração da diretriz de acessibilidade para pessoas surdas na BCH e, por conseguinte, a última seção trata da conclusão desta monografia.

A segunda seção, intitulada “Pensando a acessibilidade”, abordará o conceito de acessibilidade, trazendo uma síntese histórica do surgimento dessa temática na sociedade e de seu progresso. Além disso, expõe as diversas barreiras que dificultam o pleno exercício da acessibilidade em todos os contextos, explicando cada uma e discorre acerca do desenho universal como parâmetro para a acessibilidade em cada barreira existente. Por último, desenvolve a fundamentação legal da acessibilidade, das PCD, dos surdos e da profissão bibliotecária.

A terceira seção “Pessoas com Deficiência”, como o título determina, tem enfoque nas PCD e levanta uma breve contextualização histórica desses indivíduos. Aprofundando

mais, trata de conceitos da surdez e da pessoa surda, contando, também, o desenvolvimento histórico dessa comunidade e do progresso do seu posicionamento enquanto indivíduos com deficiência na comunidade, de como eram vistos e tratados, até a realidade atual. Além disso, apresenta as PCD na UFC a partir de dados estatísticos, contextualizando o panorama desse grupo na instituição.

Em seguida, a quarta seção “Biblioteca de Ciências Humanas” explana a conjuntura da BU e dos cursos que atende, além de dissertar sobre o papel social que deve exercer uma BI. O conteúdo abrange, também, sobre a comunidade surda na UFC, através de dados estatísticos e, além disso, aborda a acessibilidade para surdos na biblioteca e das barreiras enfrentadas por esse grupo de usuários, apresentando alguns parâmetros da ABNT para driblar essas barreiras.

A quinta seção trata da metodologia do trabalho, apresentando as UF selecionadas para a coleta de dados de suas políticas de acessibilidade, através de determinados requisitos apresentados na seção. Adiante, o conteúdo expõe as políticas de acessibilidade da UFC, da UFSC e UFRJ, enquanto instituições de ensino e, além disso, disserta, também, das políticas de acessibilidade dos sistemas de bibliotecas de cada organização, abordando desde a sua organização estrutural, até mesmo dos serviços ofertados pela divisão responsável pela acessibilidade dentro do sistema.

A penúltima seção expõe a análise dos dados coletados de cada política de acessibilidade explorada, através da comparação dos pontos de convergência e divergência que podem ser observadas entre cada política, seja das instituições ou mesmo de seus respectivos sistemas de biblioteca. Diante disso, a seção culminará na elaboração de uma Diretriz de Acessibilidade para Atendimento de Pessoas Surdas na BCH, pautada no arcabouço teórico/bibliográfico e nos dados analisados. Por último, a sétima seção trata da conclusão deste trabalho, diante do que foi abordado anteriormente, seguido pelas referências pertinentes a esta monografia.

2 PENSANDO A ACESSIBILIDADE

O dicionário Priberam (2022, online) define acessibilidade como “qualidade do que é acessível”, ou seja, tudo aquilo que está disponível para todos, permitindo o uso e apropriação sem nenhum impedimento. Em outras palavras, a acessibilidade é a condição, a viabilidade do acesso e uso da forma mais autônoma possível de qualquer espaço físico ou virtual, além dos serviços e produtos. Embora seja comumente associada à acessibilidade de deficientes ou de qualquer pessoa com necessidades especiais (idosos, gestantes, dentre outros), pode e deve ser pensada para todo público, considerando que a NBR 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2015, p. 2) define a acessibilidade como:

possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo [...].

Essa temática passa a ser amplamente discutida apenas em meados do século XX, de acordo com Paula e Carvalho (2009, p. 65), com o fim da segunda guerra mundial, desde então, muitas pessoas retornaram feridas e mutiladas para suas casas, transformando a concepção de Pessoas com Deficiência (PCD) que a sociedade carregava consigo. Com isso, a população passa a respeitar mais e aceitar esse segmento social, compadecendo de suas dificuldades e interessando-se em desenvolver debates e medidas para integrar esses indivíduos na vida em sociedade. A partir desse momento que começa o real desenvolvimento de medidas inclusivas e de acessibilidade.

É interessante observar que, até então, a existência de PCD era uma questão marginalizada, visto que era um quantitativo de sujeitos “insignificantes” na sociedade. Ao fim da segunda guerra mundial, muitos soldados com ferimentos físicos e mentais irreversíveis retornam ao lar, surgindo uma situação conflituosa: de um lado, uma sociedade que sempre carregou consigo o estigma da rejeição e negligência de qualquer um com características diferentes da maioria e, do outro lado, soldados que lutaram pela sua pátria, considerados, na época, como exemplos a serem seguidos e almeçados, voltam como marginais, ou seja, com características, deficiências, traumas e transtornos que, até então, eram atribuídas a uma minoria excluída e que era obrigada a viver às margens da sociedade. Com esse novo paradigma, vemos o desenvolvimento de um movimento de

inclusão social, no qual há uma preocupação crescente acerca da legalização dos direitos das PCD, validando suas necessidades e realidades.

Ao fim do século XX, com o surgimento da sociedade da informação e, também, do crescimento exponencial das tecnologias de informação e comunicação, a informação e o seu acesso passam a ser fundamentais e, principalmente, indispensáveis para o progresso individual e coletivo. A partir de então, a temática de acessibilidade, na teoria e na prática, passa a ser mais explorada, principalmente com o desenvolvimento de novas tecnologias que surgem, nesse cenário, visando sua utilização de forma autônoma por qualquer pessoa. Para além disso, Souza et al. (2013, p. 3) esclarecem que

Nessa sociedade da informação, vive-se um momento caracterizado por mudanças e também pelo surgimento de oportunidades. Podemos observar movimentos sociais lutando pelas causas das minorias (homossexuais, idosos, deficiente, etc.), pelo reconhecimento de direitos humanos, pela reserva de mercado, pela educação e inclusão. A informação é fundamental para vencermos as barreiras do preconceito e da discriminação. Ao buscarmos a informação, exercitamos o respeito à diversidade humana. Munidos de informação, descobrimos que a maior barreira em relação às pessoas com deficiência, por exemplo, é a nossa própria atitude.

Diante disso, é crucial que se repense em nossa conduta, preconceitos e perspectivas de modo que, assim, possamos construir uma sociedade muito mais acessível e inclusiva no futuro. Para tanto, esclarecemos logo mais os diferentes tipos de acessibilidade existentes que possam facilitar os relacionamentos sociais e a plena atuação individual e coletiva dentro de espaços físicos e virtuais ou, ainda, na utilização e oferta de produtos e serviços. Ademais, explanamos o embasamento legal de direitos das PCD, de acessibilidade e, além disso, dos direitos de pessoas surdas.

2.1 Tipos de acessibilidade

Compreender e pôr em prática a acessibilidade e inclusão é de suma importância para as relações sociais, ademais, conforme o Estatuto da Pessoa com Deficiência, “a acessibilidade é direito que garante à pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social” (BRASIL, 2015, online). Disposto no art. 55 do Estatuto, está determinado o seguinte:

A concepção e a implantação de projetos que tratem do meio físico, de transporte, de informação e comunicação, inclusive de sistemas e tecnologias da informação e comunicação, e de outros serviços, equipamentos e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural,

devem atender aos princípios do desenho universal, tendo como referência as normas de acessibilidade. (BRASIL, 2015, online)

Desse modo, o desenho universal, como dita a ABNT (2015, p. 4), consiste na elaboração de “produtos, ambientes, programas e serviços a serem utilizados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva”, em outras palavras,

Este conceito propõe uma arquitetura e um design mais centrados no ser humano e na sua diversidade. Estabelece critérios para que edificações, ambientes internos, urbanos e produtos atendam a um maior número de usuários, independentemente de suas características físicas, habilidades e faixa etária, favorecendo a biodiversidade humana e proporcionando uma melhor ergonomia para todos. (ABNT, 2015, p. 139)

O desenho universal é conduzido a partir de sete princípios básicos, sendo eles:

- a) uso equitativo;
- b) uso flexível;
- c) uso simples e intuitivo;
- d) informação de fácil percepção;
- e) tolerância ao erro;
- f) baixo esforço físico;
- g) dimensão e espaço para aproximação e uso.

Esses princípios tencionam a autonomia na utilização e acesso dos espaços, produtos e serviços, portanto, são seguidos internacionalmente em planejamentos e obras de acessibilidade. Para melhor compreensão dos princípios do desenho universal, eles podem ser estabelecidos conforme se segue.

- 1) **uso equitativo:** é a característica do ambiente ou elemento espacial que faz com que ele possa ser usado por diversas pessoas, independentemente de idade ou habilidade. Para ter o uso equitativo deve-se: propiciar o mesmo significado de uso para todos; eliminar uma possível segregação e estigmatização; promover o uso com privacidade, segurança e conforto, sem deixar de ser um ambiente atraente ao usuário;
- 2) **uso flexível:** é a característica que faz com que o ambiente ou elemento espacial atenda a uma grande parte das preferências e habilidades das pessoas. Para tal, devem-se oferecer diferentes maneiras de uso, possibilitar o uso para destros e canhotos, facilitar a precisão e destreza do usuário e possibilitar o uso de pessoas com diferentes tempos de reação a estímulos;
- 3) **uso simples e intuitivo:** é a característica do ambiente ou elemento espacial que possibilita que seu uso seja de fácil compreensão, dispensando, para tal, experiência, conhecimento, habilidades linguísticas ou grande nível de concentração por parte das pessoas;
- 4) **informação de fácil percepção:** essa característica do ambiente ou elemento espacial faz com que seja redundante e legível quanto a apresentações de informações vitais. Essas informações devem se apresentar em diferentes

- modos (visuais, verbais, táteis), fazendo com que a legibilidade da informação seja maximizada, sendo percebida por pessoas com diferentes habilidades (cegos, surdos, analfabetos, entre outros);
- 5) **tolerância ao erro:** é uma característica que possibilita que se minimizem os riscos e consequências adversas de ações acidentais ou não intencionais na utilização do ambiente ou elemento espacial. Para tal, devem-se agrupar os elementos que apresentam risco, isolando-os ou eliminando-os, empregar avisos de risco ou erro, fornecer opções de minimizar as falhas e evitar ações inconscientes em tarefas que requeiram vigilância;
 - 6) **baixo esforço físico:** nesse princípio, o ambiente ou elemento espacial deve oferecer condições de ser usado de maneira eficiente e confortável, com o mínimo de fadiga muscular do usuário. Para alcançar esse princípio deve-se: possibilitar que os usuários mantenham o corpo em posição neutra, usar força de operação razoável, minimizar ações repetidas e minimizar a sustentação do esforço físico;
 - 7) **dimensão e espaço para aproximação e uso:** essa característica diz que o ambiente ou elemento espacial deve ter dimensão e espaço apropriado para aproximação, alcance, manipulação e uso, independentemente de tamanho de corpo, postura e mobilidade do usuário. Desta forma, deve-se: implantar sinalização em elementos importantes e tornar confortavelmente alcançáveis todos os componentes para usuários sentados ou em pé, acomodar variações de mãos e empunhadura e, por último, implantar espaços adequados para uso de tecnologias assistivas ou assistentes pessoais. (ABNT, 2015, p. 139, grifo do autor)

Outro aspecto fundamental a ser considerado é a tecnologia assistiva ou ajuda técnica que consiste em

produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social; (BRASIL, 2015, online)

Tendo em conta todos os parâmetros supracitados, o Dicionário Priberam (2022, online) define barreira como “aquilo que restringe ou impede o acesso ou a circulação” ou “o que impede a comunicação ou o entendimento”. Essencialmente, quando se fala de barreiras de acessibilidade, se trata dos obstáculos existentes que impedem a acessibilidade ou mesmo a inclusão na sociedade. As barreiras existentes podem ser divididas em seis tipos:

- a) urbanística;
- b) arquitetônica;
- c) no transporte;
- d) nas comunicações e na informação;
- e) atitudinal;
- f) tecnológica.

2.1.1 Barreiras urbanísticas

Definida pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência como “as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo” (BRASIL, 2015, online), considerando as seguintes perspectivas:

VII - elemento de urbanização: quaisquer componentes de obras de urbanização, tais como os referentes a pavimentação, saneamento, encanamento para esgotos, distribuição de energia elétrica e de gás, iluminação pública, serviços de comunicação, abastecimento e distribuição de água, paisagismo e os que materializam as indicações do planejamento urbanístico;

VIII - mobiliário urbano: conjunto de objetos existentes nas vias e nos espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos de urbanização ou de edificação, de forma que sua modificação ou seu traslado não provoque alterações substanciais nesses elementos, tais como semáforos, postes de sinalização e similares, terminais e pontos de acesso coletivo às telecomunicações, fontes de água, lixeiras, toldos, marquises, bancos, quiosques e quaisquer outros de natureza análoga; (BRASIL, 2015, online)

De acordo com o que foi disposto no Estatuto sobre a acessibilidade, as políticas públicas devem adotar o desenho universal desde sua concepção (BRASIL, 2015, online), para tanto, a NBR 9050 estabelece uma conduta padrão em acessibilidade para edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos. Este tipo de barreira afeta, principalmente, cadeirantes, cegos, pessoas com mobilidade reduzida ou com baixa visão, dentre outros. Como exemplo, podemos citar a falta de rampas para cadeirantes, calçadas de tamanhos irregulares, falta de sinalização sonora para cegos ou pessoas com baixa visão e assim por diante.

2.1.2 Barreiras arquitetônicas

Presente nos edifícios públicos e privados (BRASIL, 2015, online), diz respeito a própria arquitetura dos prédios, nos aspectos exteriores e internos. Assim como a barreira urbanística, é conduzida pela NBR 9050 em seu planejamento e execução. De modo geral, impacta diretamente no livre acesso e mobilidade das pessoas dentro dos espaços, seja público ou não, se tornando um obstáculo e, em certos casos, um impedimento para pessoas em cadeiras de rodas, com baixa visão, obesas e outros. Como exemplos, cito: falta de elevador ou rampa, presença de escadas, degraus altos, portas e corredores estreitos, colunas em lugares inadequados, etc.

2.1.3 Barreiras nos transportes

Efetivo nos sistemas e meios de transportes, é garantido no capítulo X do Estatuto, o qual trata do direito ao transporte e à mobilidade, o que está disposto a seguir.

Art. 46. O direito ao transporte e à mobilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida será assegurado em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, por meio de identificação e de eliminação de todos os obstáculos e barreiras ao seu acesso.

§ 1º Para fins de acessibilidade aos serviços de transporte coletivo terrestre, aquaviário e aéreo, em todas as jurisdições, consideram-se como integrantes desses serviços os veículos, os terminais, as estações, os pontos de parada, o sistema viário e a prestação do serviço. (BRASIL, 2015, online)

Para exemplificar as barreiras possíveis de existir nos transportes, podemos mencionar a própria estrutura convencional dos veículos que não são acessíveis para pessoas com nanismo ou, em outra perspectiva, podemos apontar os ônibus que não são adaptados para pessoas com cadeira de rodas ou a catraca que não permite a passagem de uma pessoa obesa. Evidentemente, existem muitas outras situações como as citadas anteriormente.

2.1.4 Barreiras nas comunicações e na informação

Concerne a qualquer obstáculo que impeça ou dificulte o recebimento ou a expressão de qualquer mensagem/informação. A NBR 15599 (2008, p. 2) determina alguns conceitos relativos à comunicação, a saber:

comunicação

sistema de troca de mensagens que envolva pelo menos um emissor e outro, receptor

[...]

comunicação sonora

comunicação que acontece por meio de sons e requer a percepção auditiva para sua recepção

[...]

comunicação tátil

aquela que se dá, principalmente, por meio de símbolos gráficos com texturas diferenciadas e/ou em relevo ou pela emissão de impulsos vibratórios e requer a percepção tátil para sua recepção

[...]

comunicação visual

comunicação que se dá por meio de imagens e requer a percepção visual para sua recepção (grifo do autor)

Em capítulo sobre o acesso à informação e comunicação, é determinado no Estatuto os seguintes artigos:

Art. 63. É obrigatória a acessibilidade nos sítios da internet mantidos por empresas com sede ou representação comercial no País ou por órgãos de governo, para uso da pessoa com deficiência, garantindo-lhe acesso às informações disponíveis, conforme as melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas internacionalmente.

[...]

Art. 65. As empresas prestadoras de serviços de telecomunicações deverão garantir pleno acesso à pessoa com deficiência, conforme regulamentação específica.

Art. 66. Cabe ao poder público incentivar a oferta de aparelhos de telefonia fixa e móvel celular com acessibilidade que, entre outras tecnologias assistivas, possuam possibilidade de indicação e de ampliação sonoras de todas as operações e funções disponíveis.

Art. 67. Os serviços de radiodifusão de sons e imagens devem permitir o uso dos seguintes recursos, entre outros:

I - subtítuloção por meio de legenda oculta;

II - janela com intérprete da Libras;

III - audiodescrição.

Art. 68. O poder público deve adotar mecanismos de incentivo à produção, à edição, à difusão, à distribuição e à comercialização de livros em formatos acessíveis, inclusive em publicações da administração pública ou financiadas com recursos públicos, com vistas a garantir à pessoa com deficiência o direito de acesso à leitura, à informação e à comunicação.

[...]

Art. 69. O poder público deve assegurar a disponibilidade de informações corretas e claras sobre os diferentes produtos e serviços ofertados, por quaisquer meios de comunicação empregados, inclusive em ambiente virtual, contendo a especificação correta de quantidade, qualidade, características, composição e preço, bem como sobre os eventuais riscos à saúde e à segurança do consumidor com deficiência, em caso de sua utilização, [...].

[...]

Art. 70. As instituições promotoras de congressos, seminários, oficinas e demais eventos de natureza científico-cultural devem oferecer à pessoa com deficiência, no mínimo, os recursos de tecnologia assistiva previstos no art. 67 desta Lei.

Art. 71. Os congressos, os seminários, as oficinas e os demais eventos de natureza científico-cultural promovidos ou financiados pelo poder público devem garantir as condições de acessibilidade e os recursos de tecnologia assistiva.

Art. 72. Os programas, as linhas de pesquisa e os projetos a serem desenvolvidos com o apoio de agências de financiamento e de órgãos e entidades integrantes da administração pública que atuem no auxílio à pesquisa devem contemplar temas voltados à tecnologia assistiva.

Art. 73. Caberá ao poder público, diretamente ou em parceria com organizações da sociedade civil, promover a capacitação de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais habilitados em Braille, audiodescrição, estenotipia e legendagem. (BRASIL, 2015, online)

2.1.5 Barreiras atitudinais

Relativo a “atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as

demais pessoas” (BRASIL, 2015, online). O capacitismo, ou seja, a discriminação/preconceito direcionados para as PCD presente nos discursos ou mesmo nas atitudes das pessoas é extremamente perceptível em situações como entrevistas de emprego, na exaltação exacerbada do deficiente ou mesmo em certos estereótipos, além de uso de certos “apelidos” como: mudinho, moco, perneta, retardado, dentre muitos outros.

2.1.6 Barreiras tecnológicas

São aquelas que impedem ou mesmo dificultam o acesso às tecnologias. Podemos exemplificar como ferramentas digitais inacessíveis, incompatibilidade de sistemas com o leitor de telas, infraestrutura complexa e assim por diante. Dito isso, visando a acessibilidade de PCD em relação a esse tipo de barreira, consideramos a ajuda técnica, também chamada de tecnologia assistiva, conforme Ciantelli e Leite (2016, p. 424) explicam, “é definido pela utilização de produtos, instrumentos, equipamentos ou tecnologia adaptados ou especialmente projetados [...]”. Considerando que a comunicação/informação e a tecnologia estão intrinsecamente interligadas, em sua pesquisa, as autoras relatam alguns exemplos observados como intervenções na comunicação ou no uso de instrumentos específicos, ou seja,

Como exemplos citam-se a confecção e adaptação de material em braile; uso de impressora em braile, a digitalização e disponibilização de materiais didáticos e pedagógicos acessíveis; o empréstimo de gravadores, materiais ampliados, textos e atlas em braile e em áudio, lupas, lupas eletrônicas, leitor autônomo, softwares, cadeiras, mesas, computadores com interface acessível, scanners com sintetizador de voz, recursos tecnológicos que permitem a produção de livros em formato digital acessível; construção de site mais acessível, produção de vídeos de acessibilidade, promoção de cursos de Libras; placas com sinalização em braile; aquisição, uso e treinamento de equipamentos de tecnologia assistiva; e construção de um ambiente de acessibilidade informacional [...]. (CIANTELLI; LEITE, 2016, p. 425)

2.2 Fundamentação Legal

A primeira manifestação internacional de reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência (PCD), de acordo com França e Pagliuca (2008, p. 131), foi a Declaração de Direitos das Pessoas Deficientes, proclamada em 9 de setembro de 1975 pela Organização das Nações Unidas (ONU). Quase dez anos depois, em 3 de dezembro de 1982, a ONU elaborou o Programa de Ação Mundial para as Pessoas Portadoras de

Deficiência. No Brasil, como apontado por Costa, Maior e Lima (2005, n.p), a questão foi inicialmente tratada na Emenda Constitucional nº 12, de 17 de outubro de 1978, sendo, porém, restrita ao acesso aos edifícios e logradouros. Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, o tema foi abordado de forma limitada, inserindo o assunto no marco legal brasileiro. Algum tempo depois, surge o decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolidando as normas de proteção e outras providências. Além disso,

Em 2000, finalmente, o assunto foi regulamentado pelas Leis Federais nº 10.048 e 10.098, que apresentaram uma visão mais ampla sobre a matéria. A primeira, elaborada pelo Poder Legislativo, trata de atendimento prioritário e de acessibilidade nos meios de transportes, e inova ao introduzir penalidades ao seu descumprimento. A última, escrita pelo Poder Executivo, subdivide o assunto em acessibilidade ao meio físico, aos meios de transporte, na comunicação e informação e em ajudas técnica. Recentemente, tais leis foram regulamentadas pelo Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004. (COSTA; MAIOR; LIMA, 2005, n. p)

Neste último decreto citado, a acessibilidade foi expandida para todos os equipamentos urbanos, espaços e mobiliários, serviços de transporte, edificações e dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação. Apesar de tudo isso, foi apenas há 7 anos atrás, em 6 de julho de 2015, que foi sancionada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, a Lei nº 13.146 estabelece em seu Art. 1º que é “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015, online).

É extremamente relevante ressaltar que o Estatuto da PCD é o primeiro documento jurídico que não utiliza termos como “portador de deficiência”, “pessoas com necessidades especiais”, dentre outros, determinando o termo que é considerado como o mais adequado e amplamente aceito atualmente, o termo oficial utilizado desde a sanção desta lei é “Pessoa com Deficiência”. Além disso, no Art. 2º estabelece que

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015, online)

Ademais, o Estatuto estabelece alguns conceitos em seu Art. 3º que, para o presente trabalho, faz-se cabível destacar os seguintes:

[...] IV - barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:

[...] d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;

e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;

f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias;

V - comunicação: forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações;[...] (BRASIL, 2015, online)

É evidente que as principais barreiras que desafiam as pessoas surdas são as barreiras nas comunicações e na informação, atitudinais e tecnológicas. Ademais, especificamente sobre pessoas surdas, o marco legal que demonstra um progresso imensurável para os surdos no Brasil, é a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que “dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências” (BRASIL, 2002, online), na qual a Libras é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão. Depois disso, em 22 de dezembro de 2005, surge o Decreto 5.626 que “Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.” (BRASIL, 2005, online).

Visando o bibliotecário em seu exercício profissional, o Decreto nº 56.725, de 16 de agosto de 1965, que regulamenta a Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962, a qual “dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regulamenta seu exercício” (BRASIL, 1962, online), em seu art. 5, o decreto esclarece acerca da atividade profissional que

Art. 5º A profissão de Bibliotecário, [...] se exercer [...] por meio de estudos, pesquisas, análises, relatórios, pareceres sinopses, resumos, bibliografias sobre assuntos compreendidos no seu campo, profissional, inclusive por meio de planejamento, implantação, orientação, supervisão, direção, execução, ou assistência nos trabalhos relativos às atividades biblioteconômicas, bibliográficas e documentalógicas, em empreendimentos públicos, privados ou mistos, ou por outros meios que objetivarem, tecnicamente, o desenvolvimento das bibliotecas e centros de documentação. (BRASIL, 1965, online)

Ademais, o Decreto nº 56.725, em seu art. 8, especifica as atribuições referentes ao bibliotecário, a saber:

Art. 8º São atribuições do Bibliotecário a organização, direção e execução dos serviços técnicos [...] concernentes às matérias e atividades seguintes:

I - o ensino das disciplinas específicas de Biblioteconomia;

II - a fiscalização de estabelecimento de ensino de Biblioteconomia reconhecidos, equiparados ou em via de equiparação;

III - administração e direção de bibliotecas;

IV - organização e direção dos serviços de documentação;

V - execução dos serviços de classificação e catalogação de manuscritos e de livros raros ou preciosos, de mapotecas, de publicações oficiais e seriadas, de bibliografia e referência. (BRASIL, 1965, online)

O Conselho Federal de Biblioteconomia estabelece no Código de Ética Profissional do Bibliotecário, em sua Seção II – Deveres e Obrigações que

[...] Art.7º - O Bibliotecário deve, em relação aos usuários e clientes, observar as seguintes condutas:

a) aplicar todo zelo e recursos ao seu alcance no atendimento ao público, não se recusando a prestar assistência profissional, salvo por relevante motivo; b) tratar os usuários e clientes com respeito e urbanidade; c) orientar a técnica da pesquisa e a normalização do trabalho intelectual de acordo com suas competências.

Art.8º - O Bibliotecário deve interessar-se pelo bem público e, com tal finalidade, contribuir com seus conhecimentos, capacidade e experiência para melhor servir a coletividade.

Art.9º - No desempenho de cargo, função ou emprego, cumpre ao Bibliotecário dignificá-lo moral e profissionalmente.

Art.10 - Quando consultor, é responsabilidade do Bibliotecário apresentar métodos e técnicas compatíveis com o trabalho oferecido, objetivando o controle da qualidade e a excelência da prestação de serviços, durante e após a execução dos trabalhos. (BRASIL, 2002, online).

A partir disso, consideramos a NBR 15599, elaborada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2008, p. 4) e que trata especificamente da acessibilidade voltada para a comunicação na prestação de serviços, ao estipular, em seu capítulo 5, sobre as diretrizes para tal, especificamente a parte que trata de atendimento para informação é referido que

5.1.1.1 Toda informação deve ser prestada diretamente a pessoa com deficiência interessada, mesmo que a pergunta tenha vindo de seu acompanhante (guia intérprete, intérprete de LIBRAS ou outro). As orientações devem ser dirigidas ao real solicitante, não ao intermediário ou acompanhante.

5.1.1.2 Os serviços para informação direta ao usuário, [...] devem incluir o atendimento:

a) na língua portuguesa, em locução clara e suficientemente articulada que permita a leitura orofacial, sendo a informação gentilmente repetida até que seja compreendida;

b) em LIBRAS, devidamente identificado com o Símbolo Internacional de Surdez, [...];

c) em LIBRAS tátil ou LIBRAS em campo visual reduzido, por surdo-cego ou guia intérprete apto a informar sobre o entorno e o contexto, devidamente identificado com o símbolo de surdo-cegueira, [...].

5.1.1.3 As instituições públicas e empresas prestadoras ou concessionárias de serviços públicos devem divulgar amplamente os locais, dias e horários do serviço

de informação, para orientação e instrução adequadas, especialmente destinado ao cidadão usuário de LIBRAS.

A NBR 15599 também dita sobre o atendimento direto ao público ao expressar que o atendimento deve ser realizado por “pessoas que tenham o domínio das necessidades das pessoas com deficiência e das especificidades dos surdos oralizados. Pelo menos um atendente deve ter articulação orofacial que permita a leitura labial.” (ABNT, 2008, p. 6). Além disso a ABNT (2008, p. 6) relata que o atendimento com intérprete de Libras deve ter o símbolo internacional da surdez identificando a disponibilidade desse atendimento e, também, deve ter divulgado os locais, dias e horários em que este serviço está disponível.

A seção que se segue abordará o tema de PCD e da Pessoa Surda, trazendo conceitos e um apanhado histórico, de como era a vida desses indivíduos tão “incomuns” antigamente e como progrediu até a modernidade. Ademais, será apresentado as PCD na UFC, com dados estatísticos, dentre outros aspectos.

3 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Durante muito tempo, as pessoas consideradas diferentes da maioria, eram tratadas de forma desumana e até cruel, separadas da sociedade, sacrificadas por serem consideradas “inúteis” e, em certos momentos da história, chegaram a ser classificadas como punição de pecados. Pagliuca et al (2015, p.706) nos dizem que

Compreender a trajetória social da pessoa com deficiência exige conhecimento histórico da exclusão, segregação, integração e inclusão. Na exclusão eram consideradas inválidas e inúteis; na segregação, abrigadas em grandes instituições, em regime de internato; no período de integração havia o intuito de adaptar a pessoa ao meio; já a inclusão propõe que família e sociedade adaptem-se às necessidades das pessoas.

Assim, fazendo um breve apanhado histórico da existência da PCD, Rosseto et al (2006, p. 104) relatam que em Esparta, no período da civilização greco-romano, aqueles que apresentavam alguma deficiência e estavam inaptos para a guerra, bem como os bebês nascidos nessa condição, eram levados a uma comissão oficial e, seguindo a lei, eram levados a Ápothetari (depósito) que era, na realidade, um abismo nas montanhas Tahgetos, próximo a Esparta, onde a pessoa era lançada para morrer. Já em Atenas, se houvesse algum bebê com deficiência, cabia ao próprio pai matá-lo, costume socialmente aceito na época, mesmo entre os grandes filósofos da época. Em Roma, antes do século II antes de Cristo, o costume era o mesmo de Atenas e o pai tinha a responsabilidade de matar os “filhos anormais”, contudo, após o século II antes de Cristo, as PCD eram mais toleradas: alguns de famílias ricas e nobres chegaram a se tornar imperadores, como Rosseto et al (2006, p. 104) indica, porém, aos de famílias pobres só restavam a morte ou abandono, podendo ser vendidos no mercado. Tempos depois,

Passou a ser uma prática comum na sociedade feudal a segregação das pessoas com deficiências em hospitais ou asilos. Nos primeiros séculos da idade média, estas instituições eram mantidas basicamente pela Igreja. Na medida em que o tempo foi passando a sociedade feudal foi se desenvolvendo (século XII), esses hospitais foram sendo secularizados. Apesar da existência dos hospitais e asilos, eles não eram em número suficiente para atender a todos, por isso muitos ficavam perambulando pelas ruas ou eram aceitos por algumas famílias por motivos supersticiosos ou ainda serviam como bobos da corte. (ROSSETO et al., 2006, p. 105)

Conforme Rosseto et al (2006, p. 106) discursam, da revolução industrial até a atualidade, com o desenvolvimento do sistema capitalista, é que se percebe uma mudança maior na questão das PCD na sociedade, visto que essas pessoas se tornam “úteis” como

mão de obra, contudo, ainda contendo barreiras relativas à acessibilidade para tornar possível o pleno exercício da PCD como trabalhador. Ainda que aqui sintetizado, a história das PCD foi muito mais vasta até sermos capazes de chegar na realidade presente, com muito mais valorização, sensibilidade e acessibilidade para com essas pessoas. Apesar disso, devemos ter consciência que a sociedade ainda tem muito para evoluir nessa questão.

3.1 A surdez e seus aspectos históricos

A surdez, sob o ponto de vista médico, possui diversos tipos possíveis, tais como:

a) surdez condutiva:

- originada por um bloqueio do som na orelha externa ou na orelha média, pode ser por conta de excesso de cera, rompimento do tímpano, etc.;

b) surdez neurossensorial:

- originada por má formação ou lesão no ouvido interno ou nas células nervosas que levam o som da cóclea ao cérebro, pode ser causada pela genética, tumores, medicamentos, dentre outros;

c) surdez mista:

- sendo uma mistura das duas anteriores, os graus podem ser especificados como: leve, moderado, moderadamente severo, severo e profundo.

Contudo, o surdo não deve ser restringido apenas por sua deficiência física, pois a identidade e cultura surda vai muito além de um aspecto biológico, tal como diz Corradi (2007, p.35),

A cultura surda, em sua abrangência, envolve a individualidade de seus membros na composição de um grupo social legítimo com historicidade conceitual carregada de lutas e conquistas pelos surdos. Isso vem alterar os sentidos e perspectivas teóricas, políticas e contextos sociais que envolvem a naturalidade sócio-histórica da surdez na contemporaneidade.

Com efeito, a cultura surda, muito mais do que estimar um fenômeno físico, leva em consideração as singularidades do sujeito surdo, seus costumes, crenças, aprendizados e, principalmente, sua luta e conquistas na construção de sua identidade surda e como integrante da comunidade surda. Ou seja,

A forma com que os sentidos sobre a surdez e sobre os Surdos são construídos em diferentes momentos históricos, através de condutas, formas de pensar, literaturas, imagens, práticas educacionais, avanços tecnológicos, participação social, espaços

de atuação política e social que imprimem características históricas e representações sociais destes grupos lingüísticos minoritários. (CORRADI, 2007, p. 35)

Como foi supracitado, essa construção da cultura surda se deu em diversos momentos históricos, nos quais aconteceram uma série de ações e fenômenos que afetaram de forma indireta ou direta essa comunidade. Como apontam Santana e Bergamo (2005, p. 566), através da história, os surdos foram rotulados inferiores, pois não possuíam o essencial para o ser humano: a linguagem oral. Desse modo, a língua de sinais era considerada pura mímica e gestos, gerando preconceito e rejeição quanto ao seu uso.

A sociedade seguiu essa linha de pensamento por muito tempo, o que contribuiu para o sofrimento dos surdos por um longo período. Na Idade Antiga, de acordo com o que nos apresenta Strobel (2009, n. p), os surdos eram considerados pessoas punidas ou enfeitiçadas na Roma, portanto eram abandonados ou jogados no rio Tiger, além disso, na Grécia, sofriam um destino similar ao serem considerados incapazes e transtornos para a sociedade e, diante disso, eram jogados do topo do rochedo de Tagyété. Porém, na Pérsia e Egito, acreditava-se que os surdos eram seres especiais, enviados por deuses e conversavam com eles em segredo, o que gerou certo respeito para com eles e possibilitou que fossem protegidos e adorados, apesar de não receberem educação e permanecerem inativos na sociedade.

Ainda de acordo com Strobel (2009, n. p), na Idade Média, os surdos eram privados de direitos comuns à maioria das pessoas, tais como o de casar-se, receber herança, votar, de receber a comunhão por serem incapazes de confessar seus pecados, sendo ainda queimados em fogueiras. Já durante a Idade Moderna, inicia-se a fase que a autora denomina de “Revelação Cultural”, em que algumas pessoas passam a reconhecer a capacidade do surdo para a razão, como afirma o médico filósofo Girolamo Cardano (1501-1576), e começam a preocupar-se com a educação de certos surdos, visando garantir os seus direitos à herança, sendo o monge beneditino Pedro Ponce de Leon (1510-1584) o responsável pela abertura da primeira escola em um monastério de Valladolid voltada para a educação de surdos.

Conforme Strobel (2009, n. p), o abade Charles Michel de L’Epée (1712-1789) formou a primeira escola pública para surdos, denominada “Instituto para Jovens Surdos e Mudos de Paris”, além de publicar sobre o ensino de sinais metódicos para surdos e mudos, fatos esses que ocorreram após o abade conhecer duas irmãs gêmeas surdas que se comunicavam por gestos e, a partir daí, iniciar seu contato com os surdos carentes de Paris

e procurar aprender seus meios de comunicação. Outro nome importante, mas sendo completamente oposto ao abade L'Epée, foi Samuel Heinicke (1729-1790), considerado "Pai do Método Alemão" que focava exclusivamente no oralismo puro, fundando a primeira escola que visava este método em Leipzig, tendo inicialmente 9 alunos surdos.

Em seus apontamentos da Idade Contemporânea, Strobel (2009, n. p) fala sobre o reverendo Thomas Hopkins Gallaudet, nos Estados Unidos, que ficou tocado pelo mutismo de Alice Gogswell, que era excluída pelas outras crianças, e pelo fato da mesma não poder receber educação apropriada por não haver escolas para surdos no país, portanto Gallaudet foi para o exterior procurar conhecer métodos de ensino para surdos, inicialmente foi à Inglaterra estudar o método oralista lá utilizado, sendo, porém, rejeitado a ideia de ensinar-lhe o método, conseqüentemente, o reverendo partiu para a França, onde se surpreendeu com o método da língua de sinais ensinado lá.

De acordo com a autora (STROBEL, 2009, n. p), ao retornar o reverendo levou consigo o professor surdo Laurent Clerc que lhe ensinou durante sua viagem a língua de sinais, enquanto o reverendo ensinava ao professor o inglês. Juntos, fundaram o "Asilo de Connecticut para Educação e Ensino de pessoas Surda e Mudas". Outro nome importante desse período, Alexander Melville Bell, pai do inventor do telefone Alexander Graham Bell, inventou um código de símbolos que utilizava desenhos dos lábios, língua, dentes, garganta e palato para que os surdos imitassem os movimentos e sons. Ainda na Idade Contemporânea, no Brasil, a primeira atitude em relação à educação de surdos parte do então imperador D. Pedro II, este convida o professor surdo Eduardo Huet para fundar uma escola de surdos no Brasil. Por conseguinte, fundou-se o "Imperial Instituto dos Surdos-Mudos" no Rio de Janeiro, instituição que é conhecida atualmente como "Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES".

Após os fatos expostos, outro marco histórico na educação dos surdos foi o Congresso de Milão, em 1880, ocorrência que demarca o que Strobel (2009, n. p) chama de "Isolamento Cultural", ou seja, período em que a comunidade surda sofre isolamento, pois no Congresso de Milão decidiu-se que o método a ser utilizado para educação de surdos seria o oralismo, proibindo toda e qualquer tipo de língua de sinais, gestos ou mímicas como forma de comunicação, pois estas prejudicavam a capacidade de fala e seriam utilizadas por preguiça de aprender o oralismo. Esse evento foi organizado e realizado por especialistas ouvintes na área, defensores do método de oralismo puro, além de que se negou o acesso e direito a voto de professores surdos.

Diante do que foi exposto, pode-se afirmar que tal acontecimento serviu apenas para atrasar as evoluções e conquistas para essa comunidade, além de retardar o processo de aceitação da sociedade para com essas pessoas. Por conseguinte, a comunidade surda, em vez de se incluir efetivamente na sociedade, acabam por reforçar a união entre os seus iguais. Porém, os ouvintes também têm participação nessa segregação por sua grande maioria, não se conscientizando da importância de aprender a língua de sinais, aplica pouco ou nenhum esforço em aprender a se comunicar com os surdos.

[...] a fragmentação da sociedade passa a ser tão acentuada que ocorre a tendência à aproximação das pessoas com características em comum. No caso dos surdos e mudos, ao invés de os ouvintes aprenderem a linguagem dos que não ouvem e/ou não falam, ocorre uma restrição de comunicação entre estes dois grupos e, conseqüentemente, um menor relacionamento entre estes. (SANTOS; CARLI; CANO, 2011, p. 2)

Ainda nesse contexto, segundo o Censo 2010 (online), no Brasil mais de 7 milhões de pessoas tinham alguma dificuldade para escutar, enquanto mais de 1 milhão possuíam grande dificuldade e 344 mil pessoas não conseguiam escutar de modo algum. Com um número tão grande de deficientes auditivos e surdos, era de se esperar que houvesse maior sensibilização em relação ao tema de aprendizado da Língua Brasileira de Sinais (Libras), da acessibilidade e comunicação com surdos, porém, com o tema proposto na redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em 2017, que tratou dos “Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil”, é perceptível o fato que este assunto ainda surpreende muita gente e que boa parte das pessoas não souberam nem ao menos dissertar sobre o tema.

Em dados mais recentes, a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) realizada em 2019 relata que “[...] 1,1% (ou 2,3 milhões) tinham deficiência auditiva [...]. Entre as pessoas de 5 a 40 anos de idade que tinham deficiência auditiva, 22,4% conheciam a Língua Brasileira de Sinais (Libras)” (IBGE, 2021, online). Além disso, uma estatística que se faz necessário ressaltar é que

Por volta de 2,9% das pessoas com 18 anos ou mais de idade sem instrução ou com nível fundamental incompleto tinham deficiência auditiva. No outro extremo, 0,5% das pessoas com nível superior concluído tinham essa condição. Já a faixa de rendimento com a maior proporção de pessoas com deficiência auditiva (1,5%) era a de ½ a 1 salário-mínimo. (IBGE, 2021, online)

Por conseguinte, dissertamos a seguir sobre as PCD na UFC para melhor entender o contexto dessa comunidade dentro de uma instituição de ensino de grande porte, a partir

da exposição de como a universidade se posiciona enquanto organização e, diante disso, com pauta nos dados estatístico relativos às PCD na universidade, fica evidente o cenário desta comunidade na UFC. Naturalmente, os dados tratam de discentes e servidores com deficiência dentro da instituição, não se restringindo apenas a alunos deficientes, além de nos mostrar também o progresso dessa parcela de indivíduos dentro da universidade ao longo dos anos, especificamente de 2015 a 2020.

3.2 Pessoas com Deficiência na Universidade Federal do Ceará

A Universidade Federal do Ceará (UFC, [20–a], online) é uma entidade que tem a missão de “Formar profissionais da mais alta qualificação, gerar e difundir conhecimento, preservar e divulgar os valores éticos, científicos, artísticos e culturais” e a visão da instituição consiste em “Ser reconhecida nacionalmente e internacionalmente pela formação de profissionais de excelência, pelo desenvolvimento da ciência e tecnologia e pela inovação”. Além disso, procura alcançar os seguintes objetivos:

- Fomentar a geração de conhecimentos voltados para o desenvolvimento sustentável do Ceará e do Nordeste;
- Impulsionar o desenvolvimento, a produção e a preservação da cultura e das artes, com ênfase para as manifestações regionais;
- Promover a interação com a sociedade, através da difusão científica, tecnológica, artística e cultural e do desenvolvimento comunitário, sintonizados com as demandas sociais;
- Incentivar a capacitação permanente dos quadros docente e técnico-administrativo;
- Intensificar e ampliar as relações de parceria e intercâmbio com instituições nacionais e estrangeiras, governamentais e não governamentais;
- Buscar a profissionalização da gestão administrativa, apoiada em processos de planejamento e avaliação, executada com base em modelo organizacional flexível, eficiente e eficaz;
- **Exercitar permanentemente o instituto da autonomia universitária superando restrições e estabelecendo novos parâmetros na gestão e nas relações institucionais;**
- Assegurar a qualidade no desenvolvimento de todas as ações administrativas e acadêmicas;
- **Distinguir-se como referência regional pela excelência acadêmica de suas ações nas áreas do ensino, geração do conhecimento e prestação de serviços à população, bem como na produção de arte e cultura.** (UFC, [20–b], online, grifo nosso)

Considerando o que foi destacado anteriormente, compreendemos o posicionamento da UFC em relação à comunidade acadêmica no geral. Assim, direcionando o olhar para as PCD nessa instituição, em dados referentes ao ano de 2015, a edição da UFC em Números relata em um gráfico o que foi sintetizado na tabela a seguir (TABELA 1).

Tabela 1 - UFC em Números 2016 (Base 2015): Acessibilidade UFC Includi

| Deficiência | Quantidade |
|----------------------|-------------------|
| Cegueira | 3 |
| Baixa visão | 93 |
| Auditiva | 41 |
| Física | 59 |
| Múltipla | 1 |
| Intelectual | 18 |
| Síndrome de Asperger | 6 |
| Total: 40.423 | |

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados da UFC em Números 2016 – Base 2015 (UFC, [2015], online).

Logo, podemos contabilizar que, alguns anos atrás, havia 221 PCD na UFC. Com essa apuração em que são listadas sete deficiências diversas, é perceptível que, em 2015, o maior número era relativo a pessoas com baixa visão (93), seguido por pessoas com deficiências físicas (59) e, em terceiro lugar, pessoas com deficiência auditiva (41). Ressaltamos que, se considerarmos o total de pessoas vinculadas à UFC, desde docentes, técnicos e discentes, esse quantitativo de 221 PCD é muito escasso. Para melhor entender a disparidade desses dados, sintetizamos as informações relativas à estatística de pessoas vinculadas a UFC nesse mesmo ano (TABELA 2).

Tabela 2 - Distribuição numérica de pessoas vinculadas a UFC em 2015

| Vínculo | Quantidade |
|---|-------------------|
| Docentes: efetivos, substitutos, visitantes, de ensino básico e tecnológico | 2.152 |
| Técnicos-Administrativos Ativos | 1.948 |
| Alunos: matriculados, ingressantes e concludentes | 36.323 |
| Total: 40.423 | |

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados da UFC em Números 2016 – Base 2015 (UFC, [2015], online).

A porcentagem de PCD em 40.423 pessoas não chega nem mesmo a 0,1% do valor total. Não obstante, segundo o Censo de Estudantes com Deficiência de 2015, apurado pela Secretaria de Acessibilidade UFC Inluc, de 221 PCD na UFC, apenas 70 (31,7 %) eram alunos, conforme demonstra a Tabela 3.

Tabela 3 - Censo de Estudantes com Deficiência: Censo 2015

| Tipos de Deficiências | Quantitativo |
|------------------------------|---------------------|
| Visual | 23 |
| Auditiva | 34 |
| Múltiplas | 1 |
| Física | 12 |
| Total: 70 | |

Fonte: Secretaria de Acessibilidade UFC Inluc ([2015], online).

Com efeito, ao compararmos a Tabela 1 com a tabela supracitada, podemos fazer as seguintes afirmações:

- a) em um total de 96 pessoas com deficiência visual/baixa visão, 23 eram discentes e, portanto, 73 eram docentes e/ou técnicos administrativos;
- b) com 41 sujeitos com deficiência auditiva, 34 delas eram alunos, enquanto havia apenas 7 docentes e/ou técnicos administrativos;
- c) existia apenas 1 indivíduo com deficiências múltiplas, um discente, em toda a instituição;
- d) de um quantitativo de 59 pessoas com deficiência física, havia apenas 12 alunos e, o restante, 47 docentes e/ou técnicos administrativos;
- e) as demais deficiências, intelectual (18) e de Asperger (6), eram todos docentes e/ou técnicos administrativos.

Em pesquisa mais recente, a Secretaria de Acessibilidade UFC Inluc (2020, online) divulga em sua página oficial um arquivo em excel com as informações adiante (TABELA 4), na qual demonstra um aumento considerável em aspectos de pluralidades de deficiências e quantitativo de alunos com deficiências.

Tabela 4 - Censo de Estudantes com Deficiência: Censo 2020

| Condição de Deficiência | Contagem de alunos |
|--------------------------------|---------------------------|
| Altas habilidades/Superdotação | 1 |
| Deficiência Auditiva | 62 |
| Deficiência Física | 218 |
| Deficiência Intelectual | 16 |
| Deficiência Múltipla | 7 |
| Deficiência Visual | 110 |
| TEA / Deficiência Intelectual | 28 |

Fonte: Secretaria de Acessibilidade UFC Inlui (2020, online).

Com um total de 442 alunos com deficiência na instituição, o número desta comunidade teve um aumento exponencial muito significativo em um período de cinco anos, desde 2015. Destacamos que, comparando o cenário desses estudantes em 2020 com o de 2015, fica claro que o quantitativo de deficiências atual está distribuído em:

- a) física: 218;
- b) visual: 110;
- c) auditiva: 62.

Em contrapartida, em 2015, os dados se organizavam da seguinte forma:

- a) auditiva: 34;
- b) visual: 23;
- c) física: 12.

Diante desse cenário, ressaltamos que, diferente de como era cinco anos antes, em 2020 houve uma inversão da maioria numérica de deficientes físicos e auditivos, ou seja, enquanto em 2015 os indivíduos que constituíam a maioria eram os deficientes auditivos (34), seguidos pelos deficientes visuais (23) e, em terceiro lugar, os deficientes físicos (12), já no censo de 2020, a maioria numérica remete aos deficientes físicos (218), seguido por deficientes visuais (110) e, a terceira maioria, eram deficientes auditivos (62).

Nos dois censos, PCD visuais constituíam o segundo maior número da tabela. Contudo, é importante salientar que a situação está longe do ideal e ainda tem muito espaço para melhorias. Isto posto, lamentavelmente não foi encontrado dados mais recentes, após o censo de 2015, acerca da distribuição numérica de indivíduos vinculados à UFC para que

se possa comparar os dados de forma a entender o total de PCD na universidade.

Compreendendo o exposto, a quarta seção visa esclarecer sobre a BCH, trazendo dados básicos da biblioteca, além de dissertar sobre o papel social que exerce a biblioteca inclusiva. Por conseguinte, abordamos sobre a comunidade surda e a acessibilidade para pessoas surdas na biblioteca, de acordo com as barreiras enfrentadas por esses usuários, pontuamos formas de acessibilidade na comunicação, na informação e, ainda, no atendimento realizado pelo bibliotecário no âmbito da biblioteca universitária.

4 BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

A Biblioteca de Ciências Humanas se localiza na área I do Centro de Humanidades, no campus do Benfica, com um vasto acervo constituído de livros, teses, periódicos, dissertações, dentre outros, na temática da área de humanas, totalizando quase 50 mil títulos e 90 mil exemplares. De acordo com a página oficial da UFC, no que concerne à Biblioteca Universitária, especificamente do Campus do Benfica, sobre a criação da BCH é que

A formação do acervo foi iniciada em 1962, com a criação da Biblioteca de Ciências Sociais e Filosofia no antigo Instituto de Antropologia. Entre 1972 e 1975, acolheu os acervos de Comunicação Social, História, Biblioteconomia e Psicologia. Em 1977, uniu-se à então já existente Biblioteca de Letras, tornando-se Biblioteca de Ciências Humanas, Letras e Artes.

Em 1996, foi inaugurada uma nova biblioteca para abrigar não só o acervo da Biblioteca de Ciências Humanas, mas também o da Biblioteca de Educação e das Casas de Cultura, a fim de resolver a questão de espaço físico para abrigar o crescimento do acervo. (BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA, [201-b], online)

Aprofundando um pouco mais acerca da BCH, podemos determinar que sua missão, visão e valores consiste em:

Missão

Organizar, preservar e disseminar a informação para a produção do conhecimento, dando suporte às atividades educacionais, científicas, tecnológicas e culturais da Universidade Federal do Ceará, possibilitando o crescimento e o desenvolvimento da Instituição e da sociedade.

Visão

Ser reconhecida como biblioteca de excelência na gestão da informação e na prestação de serviços para a comunidade universitária e sociedade em geral, tornando-se referência no Estado do Ceará, na Região Nordeste e no Brasil.

Valores

- Excelência
- Ética profissional (Código de Ética do Servidor Público / Código de Ética da UFC / Código de Ética e Deontologia do Bibliotecário brasileiro)
- Gestão democrática
- Inclusão social
- Inovação
- Respeito à diversidade
- Responsabilidade socioinformacional
- Sustentabilidade social
- Transparência
- Valorização do ser humano

(BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA, [201-d], online)

Com tantas responsabilidades, a BCH é uma entidade que impacta diretamente o desenvolvimento acadêmico, científico e crítico dos seus usuários. Afinal, a informação é um insumo fundamental e indispensável para qualquer tomada de decisão e, portanto, para o progresso da sociedade em geral. Com isso em mente, a biblioteca mantém o seu

compromisso com cursos de graduação e pós-graduação, contudo, nos limitamos a demonstrar a relação de cursos de graduação atendidos pela biblioteca (TABELA 5).

Tabela 5 - Relação de cursos de graduação atendidos pela BCH

| Curso de Graduação |
|--|
| - Departamento de Letras |
| Letras – Diurno |
| Letras espanhol – Noturno |
| Letras inglês – Noturno |
| Letras Libras – Noturno |
| - Depto. de Ciências da Informação |
| Biblioteconomia |
| - Departamento de Ciências Sociais |
| Ciências Sociais |
| - Departamento de História |
| História |
| - Pró-Reitoria de Graduação e Centro de Humanidades |
| Licenciatura Intercultural Indígena das Etnias Pitaguary, Tapeba, Kanindé, Jenipapo-Kanindé e Anacé – LII-PITAKAJA |
| - Faculdade de Educação (FACED) |
| Pedagogia |
| - Departamento de Psicologia |
| Psicologia |
| - UFC Virtual - Grad. Semipresencial |
| Letras – Espanhol |
| Letras – Inglês |
| Letras – Português |
| Pedagogia |

Fonte: Elaborado pela autora, adaptado da Relação de cursos atendidos pelo sistema de bibliotecas da UFC (BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA, 2022, online).

Diante disso, compreendemos que a BCH visa atender os usuários do campus do Benfica e, com isso, está incluso nesse íterim os alunos de Letras Libras, onde se concentra a maior parte das pessoas surdas e/ou com deficiência auditiva da UFC. Nesse íterim, o conteúdo seguinte visa esclarecer a importância de uma biblioteca inclusiva e seu papel social.

4.1 O papel social da Biblioteca Inclusiva

A universidade é um centro de conhecimento, de construção do saber, de desenvolvimento científico e de pesquisas. Partindo desse princípio, a biblioteca universitária é um elemento imprescindível para tornar essa realidade possível, sendo um espaço democrático, tem o dever de facilitar o acesso à informação para todos da comunidade acadêmica e demais usuários, visto que “A leitura e o acesso à informação são elementos da maior importância para a realização pessoal e profissional de qualquer indivíduo, bem como factores para o progresso de um país.” (RIBEIRO; LEITE, 2001, n. p). Dito isso, é importante frisar que

Possibilitar o acesso livre à informação as pessoas com necessidades especiais deve ser uma meta a ser perseguida, não por estar em consonância com as políticas públicas [...], como também e principalmente por respeitar a dignidade humana das pessoas com deficiência, dignidade expressa pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Entendendo a biblioteca como promotora e difusora do conhecimento acumulado na história, qualquer caráter e/ou ação de exclusão devem ser eliminados e/ou minimizados. (CONEGLIAN; SILVA, 2006, p. 3)

Dito isso, a Biblioteca Inclusiva (BI) é “[...] aquela que atende toda a demanda da população de maneira igualitária, onde seus usuários possam acessar e utilizar os serviços e acervos, conforme suas especificidades.” (CONEGLIAN; SILVA, 2006, p. 7), em outras palavras, a BI preza pela inclusão de usuários com deficiências em seus espaços e serviços para que estes possam utilizá-las de forma autônoma. Desse modo, podemos observar, na prática, o que Ribeiro e Leite (2001, n. p) chamam de “biblioinclusão”, a qual explanam como a

[...] integração total do leitor com deficiência [...] no circuito do utilizador, ausência de áreas especiais de leitura, desenvolvimento de procedimentos que conduzem à plena autonomia em termos de circulação e de utilização dos recursos oferecidos pela biblioteca.

Neste sentido, Souza et al. (2013, p. 3) explicam sobre a filosofia da inclusão social, a qual “defende a meta de criar uma sociedade capaz de acolher todas as pessoas, independentemente das diferenças e necessidades individuais”, além disso, os autores destacam que, na prática, essa inclusão social

baseia-se na aceitação das diferenças e valorização de cada indivíduo, na convivência humana, e na aprendizagem por meio da cooperação. Há de se frisar que as intervenções deverão se esmerar em promover a acessibilidade, que significa não apenas permitir que pessoas com deficiência participem de atividades que incluem o uso de produtos, serviços e informação, mas a inclusão e extensão dos mesmos, sem quaisquer restrições ou com as restrições mínimas possíveis. (SOUZA et al, 2013, p. 3)

Sassaki (1997, p. 41, apud OLIVEIRA; ALVES; MAIA, 2013, n. p) reforça o discurso supracitado com a seguinte fala: “A inclusão social é o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder inserir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade”. Por conseguinte, podemos afirmar que a BI é um espaço, como o próprio nome indica, que visa a integração de todos os seus usuários, para que estes possam agir e utilizar os serviços e produtos de forma independente e autônoma, sem que haja qualquer barreira imposta por conta de sua cor, raça, classe social, idade, deficiência, dentre outros. Oliveira, Alves e Maia (2013, n. p) corroboram que

Nesse sentido, a biblioteca inclusiva pode ser entendida como um ambiente de acolhimento ao usuário que necessita de informação. Esse espaço deverá garantir um atendimento eficiente e eficaz aos seus clientes, fazendo com que esses indivíduos possam frequentar essa unidade de informação (UI) quando desejarem.

Acima de tudo, devemos considerar o que a Constituição Federativa do Brasil determina em seu Art. 5º, sobre os direitos e garantias fundamentais individuais e coletivos, em que “XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;” (BRASIL, 1988, online). Dito isso, sendo uma instituição cujo objetivo é, essencialmente, a democratização do acesso à informação, a biblioteca pode ser entendida como um agente de transformação e o bibliotecário é um componente fundamental neste cenário, tendo em vista que, nessa era de saturação informacional e de proliferação das fontes, Oliveira, Alves e Maia (2013, n. p) destacam que “ficam sob responsabilidade do profissional da informação a capacidade de absorver, filtrar, organizar, analisar e disseminar essa informação de acordo com o cenário no qual está inserido”.

Assim, a missão do bibliotecário corresponde a facilitação de acesso às informações, de modo que os indivíduos despertem o interesse em entender, opinar, criar, refletir, discutir, isto é, o desejo de aprender e interpretar a informação, assim como de transformá-la em conhecimento, sendo uma troca mútua entre o profissional e o usuário. Resumindo, o bibliotecário tem como um dos objetivos-fins ajudar o indivíduo na construção do conhecimento. (OLIVEIRA; ALVES; MAIA, 2013, n. p)

Desse modo, fica claro a função social do bibliotecário e seu papel como agente de transformação em seu exercício profissional, visto que impacta diretamente no desenvolvimento dos usuários, não só como indivíduos, mas como componentes da sociedade. Afinal, se pensarmos nas consequências que surgem caso o bibliotecário e a própria biblioteca não sejam capazes, por algum motivo, de cumprir o seu dever primordial de democratizar a informação e o seu acesso, em qualquer etapa do tratamento desta ou mesmo de sua disseminação, podemos facilmente afirmar que isso teria efeito na formação cidadã dos usuários e do seu desenvolvimento crítico.

Diante dessa abordagem, cabe ao bibliotecário a função de valorizar a sua profissão, no qual depende da sua capacidade de ter curiosidade e humildade em aprender, de estar em contato com os outros profissionais, buscar capacitação e ser ousado, ser um profissional inovador. Além disso, ele deve fazer sua parte que é desempenhar além de suas funções técnicas, suas funções sociais com o intuito de colaborar para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e mais crítica nos seus conceitos. (OLIVEIRA; ALVES; MAIA, 2013, n. p)

Desse modo, a biblioteca exercerá seu papel transformador na sociedade, pondo em prática a inclusão social e, assim, tornando a biblioteca verdadeiramente inclusiva para todos.

4.2 Comunidade Surda na Universidade Federal do Ceará

No censo de 2020, a Secretaria de Acessibilidade UFC Inclui reúne em uma planilha os dados referentes aos alunos com deficiência auditiva/surdez que ingressaram na universidade no período de 2017.1 até 2020.1, em diversos cursos e campus e unidades acadêmicas. Contudo, iremos nos restringir às informações da apuração de pessoas com deficiência auditiva (DA) no campus de Fortaleza, no Centro de Humanidades (CH), conforme nos mostra a Tabela 6 a seguir.

Tabela 6 - Distribuição numérica de alunos com Deficiência Auditiva por curso no Centro de Humanidades

| Quantidade de Aluno com Deficiência Auditiva | Curso |
|---|----------------------------|
| 1 | Biblioteconomia |
| 1 | Ciências Sociais |
| 26 | Letras – Libras |
| 2 | Letras - Língua Portuguesa |
| 2 | Psicologia |

Total: 32

Fonte: Elaborado pela autora, com base no Censo 2020 da Secretaria de Acessibilidade UFC Inluc (2020, online).

Portanto, podemos sintetizar que em Fortaleza, especificamente no CH, segundo as informações do censo de 2020, existiam 32 alunos com DA distribuídos em cinco cursos diversos. Entretanto, é importante levar em conta que essa apuração considera apenas alunos com DA/surdez, tendo em vista que DA e surdez são diferentes entre si. Desse modo, não está incluso, especificamente na tabela anterior, informações referentes a pessoas com múltiplas deficiências, tendo em vista que, nesses casos, pode ocorrer de uma das deficiências referida ser a surdez e/ou DA, como ocorre com as pessoas surdocegas. Com isso em mente, é perceptível que o maior número se encontra no curso de Letras Libras, motivo pelo qual nos concentramos na comunidade surda que ali se encontra, visando a elaboração do presente trabalho.

4.3 Acessibilidade para surdos na biblioteca

Pensar em acessibilidade e inclusão social para todos nunca é uma tarefa fácil, pois exige que observemos fora da caixa, ou seja, que se perceba as perspectivas além do padrão, quebrando paradigmas e, também, exercitando a empatia. É evidente que, embora possamos imaginar e até simular as dificuldades e barreiras que as PCD enfrentam, em momento algum será totalmente fidedigno à realidade. Contudo, é pertinente que, mesmo assim, as pessoas sejam mais sensíveis para perceberem as dores dos outros que o cercam. Desse modo, ainda que lentamente, as atitudes cotidianas que acabam por dificultar a vida de PCD, mesmo que não seja algo perceptível para quem não tem

deficiência ou para quem não conviva com quem tenha, pouco a pouco, essas atitudes podem ser mudadas, tornando esse mundo e a sociedade bem mais acessível e agradável de se conviver.

Atualmente existem diferentes entendimentos para a expressão acessibilidade. É bastante comum associá-la primeiramente ao compromisso de melhorar a qualidade de vida dos idosos e de pessoas com deficiência (ex. perceptual, cognitiva, motora e múltipla), uma vez que essas pessoas, em geral, sofrem impacto direto da existência de barreiras nos vários ambientes, produtos e serviços que utilizam. **Entretanto, acessibilidade ou possibilidade de alcance aos espaços físicos, à informação, aos instrumentos de trabalho e estudo, aos produtos e serviços diz respeito à qualidade de vida de todas as pessoas.** (MELO, 2006, p. 17, grifo nosso)

A biblioteca, uma organização que visa atender às necessidades informacionais das pessoas, exerce um papel importante nas vidas dos seus usuários e, visto que a instituição atua por meio da intervenção do bibliotecário, não apenas no tratamento da informação, mas também no atendimento ao usuário, podemos afirmar que o profissional bibliotecário é, nesse caso, um componente fundamental para o cumprimento do papel social que essa entidade possui. No ensino superior, Fortes Pinto e Neto (2013, p. 1) esclarece que

As bibliotecas universitárias podem assumir aqui um papel preponderante, já que são parceiras do processo de desenvolvimento de competências em literacia de informação [...]. Das bibliotecas universitárias espera-se que reúnam condições para apoiar os seus utilizadores, contribuindo assim para o desenvolvimento das suas competências de informação. Assim, uma das áreas de intervenção no apoio a estes estudantes pode fazer-se através da disponibilização dos recursos de informação necessários às suas atividades de estudo e investigação. Tal pode ser concretizado de duas formas distintas: por um lado, através de acesso a conteúdos informativos e, por outro, da utilização de equipamentos específicos que facilitem o acesso a esses conteúdos.

De fato, a disponibilização de recursos acessíveis facilita muito a plena utilização da BU, virtual e física, contudo, a acessibilidade deve estar presente, também, no atendimento ao usuário, no serviço de referência, na disponibilização da informação, dentre outros serviços e produtos da biblioteca em que exista uma interação entre o bibliotecário e o usuário, tendo em vista que este profissional é um mediador entre a informação e o público a que atende. Porém, apesar disso, é importante que se perceba que, ao seu modo, cada um terá necessidades diferentes e, portanto, deverá ter um atendimento individualizado. À vista disto,

[...] concentramos nosso foco nos sujeitos com deficiência auditiva/surdez, justamente pela dificuldade e/ou barreira na comunicação, [...], que a surdez como uma deficiência invisível, dificulta identificar os surdos com simples observação, o que faz estes sujeitos fundirem-se com a multidão. (CONEGLIAN; SILVA, 2006, p. 3)

As maiores barreiras que uma pessoa surda encontra nessa sociedade é puramente comunicacional, informacional e, por vezes, atitudinal. Estando consciente da pluralidade de realidades de cada indivíduo com surdez ou deficiência auditiva, é fundamental considerar que cada caso terá aspectos e perspectivas diversas para serem levadas em conta. Como exemplo, podemos imaginar que as dificuldades de uma pessoa com surdez profunda e que não fala, em relação a sua comunicação e exercício cidadão nas esferas sociais, é muito mais dispendioso do que no caso de uma pessoa com deficiência auditiva, que utiliza aparelho auditivo e com capacidade de fala. Portanto, nesse sentido, consideramos fundamentalmente a acessibilidade comunicacional e informacional, além do atendimento acessível para pessoas surdas ou com deficiência auditiva.

4.3.1 Comunicacional

Um entrave linguístico se dá em uma situação em que é preciso que haja uma interação, uma conversa, mas que é dificultada e é, em alguns casos, impedida quando os participantes não falam a mesma língua. Esse tipo de cenário é bem comum em casos de turistas que visitam outros países cuja língua difere de sua língua materna e o visitante não seja fluente no idioma do país que visita. Nesses casos, a resolução pode ser bem simples, pois até um aplicativo tradutor no celular pode ajudar ou mesmo, como uma solução a longo prazo, pode-se aprender o idioma. Por outro lado, embora parecidos, a barreira comunicacional é muito mais ampla e pode abranger diferentes aspectos. A ABNT (2008, p. 2) define que barreiras à comunicação podem ser consideradas como “qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, sendo ou não de massa”.

Em outras palavras, a barreira comunicacional vai muito além da interação de um indivíduo com outro, incorporando, também, outras situações em que se faz necessário passar uma mensagem, uma informação. Podemos citar como exemplo um ambiente em que se começa um incêndio, caso haja apenas informações sonoras (alarme de incêndio, aviso no sistema de som, informações verbais passadas pelos seguranças, dentre outros), se houver um surdo presente nesse contexto, principalmente se sua surdez for profunda, essas mensagens sonoras e verbais iriam facilmente passar despercebidas ou sendo assimiladas muito mais tardiamente do que para ouvintes, pondo o surdo em questão em

perigo. Nesse sentido, a ABNT (2015, p. 29) considera o parâmetro auditivo, o qual explica que

A percepção do som está relacionada a inúmeras variáveis que vão desde limitações físicas, sensoriais e cognitivas da pessoa até a qualidade do som emitido, quanto ao seu conteúdo, forma, modo de transmissão e contraste entre o som emitido e o ruído de fundo.

Um som é caracterizado por três variáveis: frequência, intensidade e duração.

O ouvido humano é capaz de perceber melhor os sons na frequência entre 20 Hz e 20 000 Hz, intensidade entre 20 dB a 120 dB e duração mínima de 1 s. Sons acima de 120 dB causam desconforto e sons acima de 140 dB podem causar sensação de dor. (grifo nosso)

Ademais, é determinado na NBR 15599 as seguintes considerações:

Para a eficaz emissão, captação e troca de mensagens na prestação de serviços, convém observar cuidadosamente o público-alvo, ter sensibilidade na escolha dos recursos de comunicação adequados e aplicar o princípio da redundância, não restringindo jamais a emissão da mensagem a um único tipo de comunicação.

A combinação dos diferentes tipos de comunicação - tátil, visual e sonora - possibilita atender a vasta gama de capacidades da população e contornar as barreiras a comunicação identificadas na prestação de serviços.

Para prover acessibilidade em comunicação, importa saber ainda que:

a) nem todos os cegos usam o sistema Braille, pois podem não dispor da sensibilidade tátil necessária;

b) nem todos os surdos usam LIBRAS; aqueles que têm surdez pós-linguística geralmente falam com desenvoltura, mas não ouvem - utilizam a leitura orofacial e/ou textual;

c) alguns surdo-cegos possuem visão ou audição residual e muitos utilizam o olfato para identificar o que está acontecendo ao redor. (ABNT, 2008, p. 33, grifo nosso)

A ABNT (2008, p. 33) disponibiliza alguns exemplos de recursos utilizados para a acessibilidade na comunicação, de acordo com o público-alvo e, portanto, elaboramos algumas tabelas para apresentar esses dados sintetizados e com enfoque na acessibilidade para pessoas surdocegas, surdas e deficientes auditivos, levando em consideração as diversidades de características que podem ser apresentadas em cada deficiência. Os primeiros dados que apresentamos são relativos à comunicação tátil para a acessibilidade comunicacional e são consideradas pessoas surdocegas com e sem braille, além de deficientes auditivos (TABELA 7¹).

¹ Para um maior entendimento dos termos utilizados, verificar o glossário no final deste trabalho.

Tabela 7 – Recursos de comunicação tátil para acessibilidade comunicacional de pessoas surdocegas, surdas e com deficiência auditiva

| Público-alvo | Recurso |
|-----------------------|---|
| Surdocegas com braile | Alarme vibratório; Libras tátil; Mapas táteis; Pictogramas em relevo; Réplicas em escala reduzida; Sinalização tátil no piso; Tadoma; Teletouch; Textos em braile; Texturas diferenciadas; Thermoforme. |
| Surdocegas sem braile | Alarme vibratório; Alfabeto manual tátil; Alfabeto Moon; Escrita na palma da mão; Letras em relevo; Libras tátil; Mapas táteis; Pictogramas em relevo; Réplicas em escala reduzida; Sinalização tátil no piso; Tadoma; Texturas diferenciadas; Thermoforme. |
| Deficiente Auditivo | Alarme vibratório; Letras em relevo; Mapas táteis; Pictogramas em relevo; Réplicas em escala reduzida; Texturas diferenciadas. |

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do anexo A da NBR 15599 (ABNT, 2008, p. 33).

A Tabela 8² demonstra os recursos de comunicação visual e, nesse ínterim, visa a acessibilidade de pessoas surdocegas com visão residual, pessoas surdas oralizadas, pessoas sinalizadoras, ou seja, que utilizam a Libras como idioma, deficientes auditivos e, ainda, é considerado também os surdos com e sem domínio do português. Esses dados consideram a pluralidade existente na comunidade surda, desde indivíduos com múltiplas deficiências (surdocego), até mesmo surdos que não são fluentes em português.

Tabela 8 – Recursos de comunicação visual para acessibilidade comunicacional de pessoas surdocegas, surdas e com deficiência auditiva

| Público-alvo | Recurso |
|-------------------------------|--|
| Surdocegas com visão residual | Alfabeto dactilológico; Contraste cromático; Libras em campo reduzido; Pisos cromodiferenciados; Sinalização luminosa de alerta e alarme; Sistema de ampliação de tela; Tipologia aumentada. |

² Para um maior entendimento dos termos utilizados, verificar o glossário no final deste trabalho.

| | |
|---------------------------------|---|
| Surdos oralizados | CAS – Central de Atendimento ao Surdo; Correio eletrônico (email); FAX (facsimile); Imagens; IP – Internet; Legendas em texto; Leitura orofacial; Mapas; Material gráfico; Painéis eletrônicos com informações textuais; Pictogramas com textos; Sinalização luminosa de alerta e alarme; Textos escritos; Transcrição de fala em tempo real; TS – Telefone para surdo; TPS – Telefone público para surdo; SISO – Sistema de intermediação surdo-ouvinte; Videophone; Webcam. |
| Surdos sinalizadores | Alfabeto dactilológico; CAS – Central de Atendimento ao Surdo; Correio eletrônico (e-mail); FAX (facsimile); Imagens; IP – Internet; Libras – Língua Brasileira de Sinais; Libras escrita; Mapas; Material gráfico; Pictogramas; Sinalização luminosa de alerta e alarme; TS – Telefone para surdo; TPS – Telefone público para surdo; SISO – Sistema de intermediação surdo-ouvinte; Videophone; Webcam. |
| Deficiente auditivo | CAS – Central de Atendimento ao Surdo; Correio eletrônico (email); FAX (facsimile); Imagens; IP – Internet; Legendas em texto; Leitura orofacial; Mapas; Material gráfico; Painéis eletrônicos com informações textuais; Pictogramas com textos; Sinalização luminosa de alerta e alarme; Textos escritos; Transcrição de fala em tempo real; TS – Telefone para surdo; TPS – Telefone público para surdo; SISO – Sistema de intermediação surdo-ouvinte; Videophone. |
| Surdos com domínio do português | CAS – Central de Atendimento ao Surdo; Correio eletrônico (email); IP – Internet; Legendas em texto; Leitura orofacial; Material gráfico; Painéis eletrônicos com informações textuais; Pictogramas com textos; Textos escritos; Transcrição de fala em tempo real; TS – Telefone para surdo; TPS – Telefone público para surdo; SISO – Sistema de intermediação surdo-ouvinte; Videophone. |
| Surdos sem domínio do português | Pictogramas |

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do anexo A da NBR 15599 (ABNT, 2008, p. 35).

Por último, mas não menos importante, as informações que se seguem são relativas aos recursos de comunicação sonora e, neste caso, diz respeito apenas à acessibilidade com pessoas surdocegas com audição residual.

Tabela 9 – Recursos de comunicação sonora para acessibilidade comunicacional de pessoas surdocegas com audição residual

| Público-alvo | Recurso |
|---------------------------------|--|
| Surdocegas com audição residual | Alarmes sonoros, apitos; Audiodescrição; Dublagem em português; Edição eletrônica de textos; Edição sonora de textos; Formato DAISY - Digital Audio-based Information System; Loops; Retorno sonoro; Sirenes, apitos; Sistema de leitura de tela; Telefone com amplificador de sinal; Voz, locução digitalizada; Voz, locução gravada; Voz, locução sintetizada. |

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do anexo A da NBR 15599 (ABNT, 2008, p. 36).

Embora a NBR 15599 envolva, também, as outras deficiências físicas, mentais e assim por diante, para melhor elucidar o presente trabalho, concentramos nossas perspectivas nos diversos tipos de surdez apresentados na norma da ABNT. Isto posto, é compreensível os diversos meios indicados para se transmitir/comunicar uma mensagem ou informação. A partir deste ponto, é indispensável que se explique acerca da própria informação.

4.3.2 Informativa

Notoriamente, a informação pode ser constituída por imagens, textos escritos, informações sonoras/orais ou mesmo informações tátil, ou seja, é possível se comunicar, acessar e usar a informação de diversas formas, de acordo com o meio que ela se disponibiliza. Conforme explanam Coneglian e Silva (2006, p. 5),

O acesso e uso da informação de modo geral pelo surdo, ainda são restritos, devido à natureza de veiculação da comunicação: o rádio não é funcional, a televisão é basicamente sonora, as informações na internet são fundamentalmente na língua escrita, assim como os demais suportes informativos.

Tendo em vista o que foi apresentado anteriormente na segunda seção deste trabalho, especificamente sobre as barreiras de comunicação e informação, a NBR 9050 apresenta algumas características que a informação deve conter para que o processo de comunicação seja bem-sucedido, a saber:

A informação deve ser clara e precisa para ser facilmente entendida e não ambígua. Excesso de informação dificulta sua memorização. Informações conflitantes podem contribuir para o estresse dos usuários e dificultar a compreensão. Por esse motivo, a consistência da informação é tão importante.

A informação deve ser fornecida no momento em que for necessária. Informações adequadas significam também que devem estar atualizadas e que deficiências na informação diminuem a confiança dos usuários no sistema informativo. (ABNT, 2015, p. 141)

O acervo bibliográfico e os recursos didáticos de uma universidade são materiais fundamentais para a comunidade acadêmica, estando contemplada na NBR 15599, o acervo deve comportar versões para os cinco sentidos de percepção, ou seja, para o tato, olfato, paladar, visão e audição, além disso, deve disponibilizar digitalizados e que permitam ser processados por leitores de tela ou ampliação de texto. As publicações e impressos devem ter exemplares disponíveis em meio magnético (disquetes, CD, etc.) ou mesmo em formato digital, assim como as publicações impressas (jornais, revistas, livros, dentre outros) que devem ser disponibilizadas também em meio magnético no formato sonoro ou em meio digital (ABNT, 2008, p. 10). Para além da acessibilidade em suporte físico, a biblioteca deve propiciar a inclusão digital descrita por Paula e Carvalho (2009, p. 67) da seguinte forma:

Entende-se o termo 'inclusão digital' como um meio de promover a melhoria da qualidade de vida, garantir maior liberdade social, gerar conhecimento e troca de informações, ou uma forma de facilitar o acesso às tecnologias, como o computador e Internet, por todas as pessoas, independentemente de sua condição física ou social.

Atualmente, muitas informações úteis à população estão contidas em meios digitais ou em sites, devido à vantagem apresentada no seu armazenamento e recuperação, o que possibilita consultas rápidas, desde que seja possível o acesso a um computador ligado à Internet.

O espaço digital possui características próprias e únicas, o que o torna extremamente atrativo para o armazenamento, disseminação e acesso às informações, pois “o espaço digital é denso, mas não sofre saturação”, como dita Torres, Mazzoni e Alves (2002, p. 84), em outras palavras, o espaço digital possui capacidade de armazenamento contínuo, devido a sua capacidade de extensão. Outro aspecto desse ambiente é sua ubiquidade, permitindo que a informação esteja presente em vários lugares diversos e, além disso, sua

capacidade de deslocação rápida o torna muito conveniente, pois é possível que seja feita a transição de um lugar (site) a outro quase que de forma instantânea com um clique. Além disso tudo, o meio digital segue um sistema de organização da informação que se baseia na utilização de hipertextos, ou seja, é feita a conexão de palavras de um documento que remete a outro documento que seja interligado, seja pelo seu significado ou pelo assunto. Nesse contexto,

A acessibilidade no espaço digital consiste em tornar disponível ao usuário, de forma autônoma, toda a informação que lhe for franqueável (informação para a qual o usuário tenha código de acesso ou, então, esteja liberada para todos os usuários), independentemente de suas características corporais, sem prejuízos quanto ao conteúdo da informação. Essa acessibilidade é obtida combinando-se a apresentação da informação de formas múltiplas, seja através de uma simples redundância, seja através de um sistema automático de transcrição de mídias, com o uso de ajudas técnicas (sistemas de leitura de tela, sistemas de reconhecimento da fala, simuladores de teclado etc.) que maximizam as habilidades dos usuários que possuem limitações associadas a deficiências.

Como o espaço digital se estende por todo o espectro das comunicações, via televisão digital, computadores e redes telemáticas, é este o espaço no qual o direito à informação, de uma forma acessível, deve ser reivindicado e desenvolvido. (TORRES; MAZZONI; ALVES, 2002, p. 85)

No caso de pessoas surdas, considerando que há realidades diversas e o indivíduo pode ou não ser fluente em português e/ou Libras, os principais meios de tornar a informação acessível é a disponibilização de diversos formatos, seja em texto escrito, em Libras ou mesmo Libras tátil.

4.3.3 Atendimento acessível

O atendimento de pessoas com deficiência é plenamente factível, considerando que possua uma pessoa capacitada para realizar essa interação, pois, conforme a NBR 15599 (2008, p. 6), “Todo atendimento direto ao público deve ser prestado por pessoas que tenham domínio das necessidades das pessoas com deficiência e das especificidades dos surdos oralizados”. A norma estabelece ainda que o atendimento para a informação deve seguir alguns parâmetros, tais como disposto logo mais.

5.1.1.1 Toda informação deve ser prestada diretamente a pessoa com deficiência interessada, mesmo que a pergunta tenha vindo de seu acompanhante (guia intérprete, intérprete de LIBRAS ou outro). As orientações devem ser dirigidas ao real solicitante, não ao intermediário ou acompanhante.

5.1.1.2 Os serviços para informação direta ao usuário, disponíveis em balcões, boxes, quiosques ou similares, localizados em ambientes com grande fluxo de público (embarque e desembarque de terminais de transporte, ou entrada e saída de feiras, exposições e eventos turísticos etc.), devem incluir o atendimento:

- a) na língua portuguesa, em locução clara e suficientemente articulada que permita a leitura orofacial, sendo a informação gentilmente repetida até que seja compreendida;
- b) em LIBRAS, devidamente identificado com o Símbolo Internacional de Surdez, [...];
- c) em LIBRAS tátil ou LIBRAS em campo visual reduzido, por surdo-cego ou guia intérprete apto a informar sobre o entorno e o contexto, devidamente identificado com o símbolo de surdo-cegueira, [...].

5.1.1.3 As instituições públicas e empresas prestadoras ou concessionárias de serviços públicos devem divulgar amplamente os locais, dias e horários do serviço de informação, para orientação e instrução adequadas, especialmente destinado ao cidadão usuário de LIBRAS. (ABNT, 2008, p. 4, grifo do autor)

Por outro lado, se tratando de espetáculos e programação com sons e imagens, a ABNT (2008, p. 11) estabelece que os espetáculos musicais forneçam exemplares do programa com a narrativa resumida ou letra das músicas, já no caso de peças teatrais recomenda o uso de recursos e tecnologias assistiva como telões legendados ou outro sistema de legenda em texto. Por outro lado, a exibição de filmes deve apresentar legenda em português, dublagem para o português e sistema de áudio para descrição de imagens e sons incompreensíveis. Sob outra perspectiva, esta mesma norma trata de eventos, tais como palestras, seminários, reuniões, fóruns, oficinas, dentre outros, assim como do atendimento nessas circunstâncias.

5.10.1.1 Os espaços [...], devem oferecer condições de luminosidade, acústica e propagação do som, com ou sem amplificação sonora, bem como correta disposição dos lugares, de forma a permitir:

- a) a visualização da interpretação do português oral para LIBRAS;
- b) a visualização da articulação orofacial ou da legenda em texto;
- c) a audição da tradução de LIBRAS para a língua portuguesa, quando houver a participação de ouvintes;
- d) a atuação do guia intérprete junto ao surdo-cego.

[...]

- a) a visualização do articulador orofacial ou da legenda em texto, pelos interessados;
- b) a atuação do intérprete de LIBRAS, com segurança e desenvoltura;
- c) a visualização do intérprete de LIBRAS, pelos usuários surdos;
- d) a visualização dos gestos do guia intérprete (LIBRAS em campo reduzido), pelos surdo-cegos;
- e) que a apresentação seja vista e ouvida pelo intérprete de LIBRAS e pelo guia intérprete;
- f) que a tradução de LIBRAS para a língua portuguesa seja ouvida e entendida pelo público.

5.10.1.3 [...] devem ser utilizadas tecnologias assistivas, segundo as necessidades da plateia:

- a) sistema de transcrição simultânea das falas em texto (por estenotipia, estenografia computadorizada, software de reconhecimento da fala ou outro);
- b) sistema de áudio com descrição de imagens e sons por fones de ouvido (como em tradução simultânea). Filmes, fotos, tabelas, gráficos e imagens outras devem ser descritos por meios eletrônicos sonoros;
- c) telões com intérprete de LIBRAS;
- d) telões com articulador orofacial;
- e) reserva de lugares para a atuação do guia intérprete que utilize LIBRAS tátil ou

fala ampliada junto ao ouvido do surdo-cego. (ABNT, 2008, p. 6, grifo do autor)

O atendimento para PCD em eventos devem fornecer informações sobre o conteúdo da apresentação em texto e locução, também deve dispor de intérprete de Libras e/ou articulador orofacial. O conteúdo ou resumo do tema deve ser apresentado com antecedência para os intérpretes e articuladores para que estudem antes do evento (ABNT, 2008, p. 17), além disso,

5.10.2.3 Programas de auditório e cultos que acolham em sua assistência, ou em seus púlpitos, palcos etc., pessoas surdas, surdo-cegas, usuárias de LIBRAS ou oralizadas devem ter disponíveis e oferecer:

- a) sistema de legendas em texto;
- b) articulador orofacial, quando necessário;
- c) intérprete de LIBRAS;
- d) guia intérprete.

5.10.2.4 Conteúdos das apresentações disponíveis em texto devem estar também disponíveis em braille, em meio magnético ou eletrônico sonoro (fita k-7, disquete, CD etc.), em formato digital que possa ser processado por sistema de leitura e ampliação de tela.

5.10.2.5 Em eventos cobertos por fotógrafos e cinegrafistas, a movimentação e atuação destes profissionais não deve interromper o contato visual entre as pessoas surdas e o intérprete de LIBRAS ou articulador orofacial, seja pela iluminação, ofuscamento por flashes ou pelo próprio posicionamento do profissional.

Considerando tudo o que foi exposto, a acessibilidade para pessoas surdas na biblioteca é plenamente possível em todas as circunstâncias e, não apenas é possível, como é necessário para a participação efetiva dos surdos, seja como usuário em busca de informação, seja como público de alguma programação ofertada pelo espaço ou mesmo como indivíduo em exercício de comunicação com algum profissional da biblioteca.

Em sequência, a próxima seção trata da metodologia do presente trabalho, da coleta de dados das Políticas de Acessibilidade da UFC, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), além de trazer as políticas relacionadas aos sistemas de bibliotecas de cada UF.

5 METODOLOGIA

O desenvolvimento desta produção foi exercido através de um método científico como descrito por Gil (2008, p. 27) como “um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento”, portanto, incorporamos o método comparativo que “procede pela investigação de indivíduos, classe, fenômenos ou fatos, com vistas a ressaltar as diferenças e similaridades entre eles” (GIL, 2008, p. 34). A presente pesquisa busca ser inerentemente exploratória, pois

[...] têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. [...] Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. [...] Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis. (GIL, 2008, p. 27)

A coleta de dados foi realizada através de pesquisa bibliográfica, documental e, principalmente, estudo de caso da Biblioteca de Ciências Humanas da Universidade Federal do Ceará (BCH/UFC), sobre a qual teceremos comentários adiante e se caracteriza como campo da pesquisa. Ademais, foram selecionadas políticas de acessibilidade de diversas universidades federais brasileiras para análise de seus dados e, principalmente, das orientações pertinentes a acessibilidade para pessoas surdas nas bibliotecas universitárias. A partir desta análise, visamos identificar os pontos principais de cada uma, percebendo os aspectos comuns em relação à política de acessibilidade da BCH/UFC.

Seguindo da identificação dos componentes principais das diversas políticas, estes corroboram na criação da Diretriz para a Acessibilidade de Pessoas Surdas na Biblioteca de Ciências Humanas da Universidade Federal do Ceará. Tal diretriz objetiva orientar futuras ações de acessibilidade voltadas para os usuários surdos que são atendidos na biblioteca em questão, além de servir como guia para quaisquer políticas e/ou diretrizes voltadas para a temática que possam surgir posteriormente.

As universidades federais (UF) escolhidas, além da UFC, para coleta de dados de suas políticas de acessibilidade, foram selecionadas com os seguintes parâmetros:

- a) ser uma universidade federal;
- b) estar entre as melhores universidades do Brasil;

- c) ter algum componente em sua estrutura organizacional voltada para a acessibilidade e inclusão de PCD (alunos e/ou servidores);
- d) possuir alguma política em sua biblioteca ou sistema de bibliotecas voltada para a acessibilidade dos usuários com deficiência.

Focando em UF brasileiras, examinamos o Ranking Universitário da América Latina 2022 divulgado pela Times Higher Education³ (2022, online), o qual lista 197 instituições de 13 países diversos da América Latina, consideradas as melhores da região de acordo com os indicadores de desempenho de ensino, pesquisa, transferência de conhecimento e perspectiva internacional. Sendo o país mais representado no ranking, o Brasil possui 72 instituições de ensino listadas. Dito isso, dentre as organizações presentes no ranking e focando nos demais parâmetros supracitados, as universidades selecionadas, além da UFC, foram a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), estas ocupam respectivamente o 6º e 11º lugares no ranking geral e, especificamente dentre as instituições brasileiras listadas, ocupam consecutivamente o quarto e oitavo lugares.

5.1 Política de Acessibilidade da Universidade Federal do Ceará

A Secretaria de Acessibilidade UFC Inclui, sendo uma organização cujo objetivo é formular uma política descentralizada de acessibilidade na universidade, sendo um núcleo de fomentação e acompanhamento, em todas as suas facetas, de ações intersetoriais através dos serviços ofertados, buscando disseminar as iniciativas de acessibilidade através de suporte e orientação à comunidade (SECRETARIA DE ACESSIBILIDADE UFC INCLUI, [201-b], online) e, portanto, para falarmos de acessibilidade na UFC, é preciso estar ciente que

A Secretaria de Acessibilidade UFC-INCLUI, instituída em 30 de agosto de 2010 pelo Provimento n. 06/CONSUNI, é a unidade responsável por atender os estudantes público-alvo da educação especial, bem como estimular uma cultura de inclusão da pessoa com deficiência na Universidade Federal do Ceará.

Com três eixos de atuação, tecnológico, atitudinal e pedagógico – a Secretaria trabalha na formulação de uma política central de acessibilidade na UFC, agindo para que esta seja respeitada e implementada nos diversos espaços da Universidade.

Buscando garantir a permanência e plena formação dos estudantes com deficiência, são ofertados pela Secretaria serviços como a produção e edição de materiais

³ Para mais informações, acesse: < <https://www.timeshighereducation.com/world-university-rankings/2022/lat%C3%ADn-america-university-rankings> >

acessíveis, apoio pedagógico e tradução/interpretação de Libras. Além disso, a unidade é núcleo de fomentação e acompanhamento de ações intersetoriais, uma vez que não objetiva absorver todas as ações referentes à inclusão. (SECRETARIA DE ACESSIBILIDADE UFC-INCLUI, [201-a], online)

Como unidade responsável pelas ações de acessibilidade e inclusão de PCD dentro da universidade, a Secretaria de Acessibilidade é imprescindível para as melhorias que ainda se fazem necessárias dentro desse espaço. A sua atuação na instituição consiste nas seguintes conjunturas:

Elabora e gerencia ações de acessibilidade;
 Oferece suporte às unidades acadêmicas para a efetivação da acessibilidade na UFC;
Estimula a inserção de conteúdos sobre acessibilidade nos projetos pedagógicos de cursos de graduação, contribuindo para a formação de profissionais sensíveis ao tema;
Identifica e acompanha os alunos com deficiência na UFC;
 Identifica metodologias de ensino que representam barreiras para os alunos com deficiência e propõe estratégias alternativas;
Estimula o desenvolvimento de uma cultura inclusiva na Universidade;
Oferece serviços de apoio a esse público, como digitalização e edição de textos acadêmicos, **traduções e interpretações do par linguístico Libras/Português**, apoio pedagógico a estudantes, apresenta recursos de tecnologias assistivas, entre outras ações;
Promove a formação de recursos humanos em gestão de políticas relacionadas às pessoas com deficiência, qualificando-os para um atendimento adequado;
 Promove eventos para informar e sensibilizar a comunidade universitária;
 Estimula o desenvolvimento de pesquisas de Avaliação Pós-Ocupação nos prédios da UFC;
 Estimula a acessibilidade em ambientes virtuais e nos produtos e eventos de comunicação e marketing;
 Oferece orientação e apoio pedagógico a coordenadores e professores, estabelecendo um canal de comunicação entre estes e os estudantes com deficiência. (SECRETARIA DE ACESSIBILIDADE UFC-INCLUI, [201-c], online, grifo nosso)

Diante disso, para melhor compreendermos a amplitude da atuação da Secretaria de Acessibilidade, faz-se indispensável que se tome conhecimento de suas divisões, a saber: a Divisão de Tradução e Interpretação Libras/Português que visa interpretar diversos eventos, além de traduzir textos acadêmicos e produtos informacionais em Libras/Língua Portuguesa; a Divisão de Produção de Material Acessível que edita e digitaliza material didático para deficientes visuais e, também, disponibiliza material bibliográfico em Libras; a Divisão de Tecnologia Assistiva atua na adequação de computadores em laboratórios ou setores de trabalho na universidade para deficientes visuais e, além disso, elabora relatórios de avaliação de acessibilidade; a Divisão de Apoio Pedagógico e Formação para Acessibilidade trabalha na prestação de apoio e orientação a professores de alunos com deficiência, no acompanhamento do desenvolvimento desses alunos e atendimento de

suas necessidades específicas; e a Comissão de Agentes de Acessibilidade que representa a Secretaria nas unidades acadêmicas (SECRETARIA DE ACESSIBILIDADE UFC-INCLUI, [201-d], online). Especificamente, segundo a Secretaria de Acessibilidade, as atribuições dos Agentes de Acessibilidade são:

- Contribuir para a implantação e expansão da política de acessibilidade nas unidades acadêmicas;
- Identificar o aluno público-alvo da educação especial na perspectiva inclusiva e suas necessidades pedagógicas;
- Influir junto à direção da unidade acadêmica para a superação de barreiras de acessibilidade identificadas;
- Favorecer a comunicação entre o estudante com deficiência e a coordenação do curso;
- Dar suporte à Secretaria de Acessibilidade para a instalação de softwares acessíveis nos laboratórios e/ou equipamentos de tecnologia assistiva;
- Propor e/ou desenvolver estudos, seminários, debates e pesquisas que forneçam subsídios em caráter propositivo para a formulação, elaboração e avaliação de políticas públicas de acessibilidade e inclusão. (SECRETARIA DE ACESSIBILIDADE UFC-INCLUI, [201-d], online)

Diante do exposto, é perceptível a suma importância da Secretaria de Acessibilidade UFC Inlui dentro da universidade no exercício da inclusão social de toda a comunidade docente, discente e de servidores, através da prática de acessibilidade e do estímulo para o seu constante progresso. Com isso, a Secretaria reúne em uma cartilha⁴, disponível na seção de acessibilidade da página oficial da UFC, todas as informações pertinentes a conceitos de acessibilidade, de PCD, das ações da secretaria e assim por diante. O sumário da Cartilha Acessibilidade na UFC é dividido em 6 tópicos, a saber: 1) O que é a Secretaria de Acessibilidade UFC Inlui; 2) Mas, afinal, o que é acessibilidade?; 3) Quais os eixos de atuação da Secretaria?; 4) O que faz a secretaria?; 5) Quem são as pessoas com deficiência?; e 6) Como lidar com pessoas com deficiência?

Em seu primeiro ponto é abordada uma apresentação sintetizada da Secretaria, de seu surgimento em 2010, assim como expõe brevemente os seus eixos de atuação. Seguidamente, a cartilha aborda o conceito de acessibilidade, explicando que visa a garantia de autonomia de PCD, citando o Decreto nº 5.296 que trata dos critérios de acessibilidade, além de exemplificar algumas situações sobre o assunto. No tópico posterior esclarece-se acerca dos eixos de atuação da Secretaria, em que demonstra os eixos atitudinal, tecnológico, arquitetônico e pedagógico.

Ao dissertar sobre o que faz a Secretaria, são enunciados as ações e serviços nas quais atua, assim como explicitado anteriormente no início dessa seção. Em seguida, o

⁴ Para mais informações, acesse: < <https://www.ufc.br/acessibilidade/cartilha-de-acessibilidade-na-ufc> >

quinto ponto: “Quem são as pessoas com deficiência?” descreve as deficiências física, auditiva, visual, intelectual e relata, ainda, as mobilidades reduzidas. Por último, mas igualmente importante, a cartilha pontua seis orientações de como lidar com pessoas com deficiência, sendo eles:

1. Não tenha medo de se aproximar. Pergunte à pessoa com deficiência se ela precisa de auxílio e de que forma você pode ajudá-la. A maioria não se importa em responder a perguntas e esclarecer dúvidas.
2. Não faça de conta que a deficiência não existe. Se você tentar se relacionar com uma pessoa como se ela não apresentasse nenhuma condição de deficiência, vai estar ignorando uma característica importante dela. Aja com naturalidade.
3. Embora ainda conste na legislação em vigor, o termo “portadores de deficiência” tem sido substituído por “pessoas com deficiência”. A nomenclatura também inclui palavras simples como “cego”, “surdo” ou “cadeirante”. Não se acanhe em utilizá-las.
4. Não é correto dizer que alguém é “surdo-mudo”. As pessoas surdas, por não escutarem a voz humana, têm dificuldade para aprender a linguagem oral, mas falam por sinais. Algumas fazem leitura labial. Quando quiser conversar com uma pessoa surda, acene para ela ou toque, levemente, em seu braço. Gritar, nem pensar.
5. Não crie obstáculos que atrapalhem ainda mais a vida de uma pessoa com deficiência. Tenha cuidado na hora de estacionar seu veículo, por exemplo. Nada de obstruir rampas ou tomar as vagas exclusivas para esse público.
6. Qualquer pessoa que saiba escrever letras maiúsculas, pode fazê-lo na mão do indivíduo surdo-cego, além de traços, setas, números, para indicar direções, quantidades etc. O importante é se comunicar, não importa o método! (SECRETARIA DE ACESSIBILIDADE UFC INCLUI, [201-b], online)

Assim como foi abordado, a Secretaria de Acessibilidade UFC Inclui funciona como um órgão que impulsiona as ações de acessibilidade na universidade e, concomitantemente, está sempre estimulando os departamentos e demais unidades da instituição a também agir em prol da inclusão social das PCD.

5.1.1 Acessibilidade no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará

Sob outra perspectiva mais centralizada na biblioteca universitária, o Sistema de Bibliotecas da UFC (SB/UFC) conta com núcleos de atendimento em suas bibliotecas e, em conjunto com a Seção de Atendimento a Pessoas com Deficiência (SAPD) e demais unidades acadêmicas, atende à comunidade acadêmica com deficiência em suas demandas informacionais através dos serviços ofertados de edição e digitalização de textos acadêmicos em formato acessível, levantamento bibliográfico e orientação à pesquisa bibliográfica (BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA, [201-a], online).

Os serviços são disponibilizados para servidores docentes, servidores técnico-administrativos e discentes, porém, para utilizar os serviços ofertados, a SAPD coloca

alguns requisitos, de acordo com sua categoria de usuário (BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA, [201-a], online), a saber:

- a) alunos de graduação, de pós-graduação e alunos das casas de cultura estrangeira com deficiência visual ou outra deficiência que comprometem o acesso ao texto impresso:
 - devem apresentar documento de identidade com foto, atestado de matrícula ou declaração de vínculo emitida via SIGAA, atestado médico que explicita a condição de deficiência (CID) e termo de compromisso de acesso ao material editado assinado;
 - discentes que tenham ingressado na universidade pela política de cotas, passando pela perícia médica da UFC, não precisam apresentar novamente o atestado médico ao efetuar o cadastro na biblioteca;
- b) professores e servidores técnico-administrativos:
 - devem apresentar documento de identidade com foto, contracheque atual, atestado médico que explicita a condição de deficiência (CID) e termo de compromisso de acesso ao material assinado.

A SAPD, visando um serviço e atendimento padronizado, elaborou um documento intitulado de “Diretrizes para produção de materiais acessíveis para pessoas com deficiência visual”⁵, visto que a edição e digitalização de documentos acadêmicos para formatos acessíveis está entre os serviços mais demandados. Em suma, o texto determina diretrizes de padronização da digitalização e edição das obras em suporte impresso e em formato digital (PDF/DOC), além disso, também abrange instruções acerca da descrição de imagens.

5.2 Política de Acessibilidade da Universidade Federal de Santa Catarina

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) possui, subordinado à sua Pró Reitoria de Ações Afirmativas e Equidade (PROAFE), a Coordenadoria de Acessibilidade Educacional (CAE) a qual “Atuando junto aos cursos de graduação e pós-graduação, atende ao princípio da garantia dos direitos das pessoas com deficiência, mediante a equiparação de oportunidades, visando à autonomia pessoal e acesso ao conhecimento”

⁵ Para mais informações, acesse: < <https://biblioteca.ufc.br/pt/regulamentos-e-politicas/diretrizes-para-producao-de-materiais-acessiveis-para-pessoas-com-deficiencia-visual/> >

(CAE/PROAFE, 2022a, online). A CAE orienta suas ações de acessibilidade a partir de cinco princípios, são eles:

1) Ações descentralizadas, articuladas e participativas:

Promover a disseminação de uma cultura inclusiva, por meio da formação da comunidade acadêmica, além do apoio no ingresso e permanência das pessoas com deficiência, bem como da articulação com os diferentes Centros de Ensino, setores da Universidade e instituições externas. Apoiar a participação das pessoas com deficiência nos processos e nas ações desenvolvidas e fomentar a gestão descentralizada – não restrita a um setor específico – das questões relativas à inclusão e à acessibilidade.

2) Respeito à singularidade: Ao conceber que antes da deficiência vem a pessoa e sua individualidade, produzida social, cultural e historicamente, pautamo-nos o respeito à singularidade das pessoas com deficiência, evitando a criação de protocolos rígidos para o atendimento às suas demandas e a atenção às suas formas próprias de acesso e participação nas atividades de administração, ensino, pesquisa e extensão.

3) Promoção da cultura inclusiva: Fomentar e mediar a promoção de uma universidade na qual os princípios de ética, da solidariedade, da cidadania, com base no diálogo e na transparência, convivam com a perspectiva inclusiva de atenção às pessoas com deficiência.

4) Indissociabilidade entre inclusão e desenvolvimento institucional: Considera-se que a expansão, desenvolvimento e consolidação da UFSC será alcançada com o conhecimento e o cumprimento da legislação concernente à acessibilidade e à inclusão das pessoas com deficiência. Nesse sentido, o ordenamento legal e as ações que respaldam a acessibilidade – arquitetônica, informacional, comunicacional, programática e atitudinal – devem nortear as ações, edificações, programas, projetos pedagógicos e processos organizacionais da instituição.

5) Ações consistentemente embasadas e informadas: As ações para acessibilidade e inclusão da UFSC são concebidas com base em referências científicas, documentos normativos nacionais e internacionais, garantindo a sintonia destas ações com as políticas públicas da área e com a literatura atual, de modo a favorecer a otimização dos recursos e a racionalidade dos investimentos institucionais necessários. (CAE/PROAFE, 2022c, online, grifo do autor)

Os objetivos que a organização busca alcançar em suas ações são diversos, de acordo com a CAE/PROAFE (2022b, online), podemos definir da seguinte forma:

- a) desenvolver e executar ações de acessibilidade e inclusão de estudantes com deficiência na UFSC;
- b) promover condições igualitárias de acesso ao conhecimento aos estudantes com deficiência;
- c) propor ações para redução de barreiras relacionadas à acessibilidade programática, pedagógica, de comunicação e atitudinal na universidade;
- d) apoiar os diferentes setores da universidade com o objetivo de fomentar a participação plena de PCD;
- e) mediar na disponibilização de tecnologia assistiva e comunicação alternativa para os estudantes que necessitarem de tais recursos;

- f) ser referência para os diferentes setores e centros de ensino da UFSC nas ações de acessibilidade educacional;
- g) contribuir com os processos institucionais que envolvam o ingresso de pessoas com deficiência nos vestibulares, concursos públicos e processos seletivos;
- h) elaborar, com a participação da comunidade universitária, a política institucional de acessibilidade para PCD.

A CAE, visando a orientar os docentes em sua prática pedagógica voltada para PCD, elaborou alguns documentos explicativos⁶ relacionados à elaboração de provas acessíveis, a técnica de escrita simples, ao autismo, à DA/Surdez, à surdocegueira, dentre outras orientações acerca de diversas deficiências, síndromes, transtornos e assim por diante.

5.2.1 Serviço de Acessibilidade Informacional da Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina

Em sua Biblioteca Universitária (BU), a UFSC tem, através do Serviço de Acessibilidade Informacional (AI), o propósito primordial de promover a equidade no acesso à informação dos usuários mediante “produção de acervo digital acessível [...], orientação quanto ao uso de tecnologias assistivas [...], desenvolvimento de projetos e assessoramento [...] da acessibilidade informacional [...]” (BU/UFSC, 2022a, online).

A Acessibilidade Informacional da BU/UFSC dispõe de serviços voltados à comunidade acadêmica (docentes e estudantes) e/ou externa:

- a. Orientação aos usuários com deficiência no uso adequado das fontes de informação e recursos tecnológicos;
- b. Produção de acervo no formato digital acessível;
- c. Orientação quanto ao uso de equipamentos de tecnologia assistiva para empréstimo ou uso na biblioteca central– Lupa, lupa eletrônica, audiolivro e dvd em libras, notebook, teclado adaptado, mouse adaptado, aparelho mp3, gravador, sistema FM, linha braile, máquina braile, material cartográfico, entre outros;
- d. Orientação quanto ao uso de computador e scanner com software acessível disponível na Biblioteca Central;
- e. Assessoramento em acessibilidade informacional para a comunidade acadêmica.
- f. Elaboração de pequenos textos em braile. (BU/UFSC, 2022d, online)

Dos serviços supracitados, aquele com a maior demanda na BU/UFSC é o de produção de acervo no formato acessível. Além dos serviços ofertados, a AI desenvolve

⁶ Para mais informações, acesse: < <https://cae.ufsc.br/docencia-acessivel/>>

programas e projetos focados na acessibilidade e disponibilizados para os seus usuários, conforme demonstra a BU/UFSC (2022c, online), tais como:

a) Libras na BU (programa de extensão):

– visa aproximar a comunidade surda do conhecimento e acesso às informações oferecidas pela BU/UFSC por meio de vídeos informativos em Libras para ambientação e disseminação de informações sobre o percurso acadêmico, além de informar de forma inclusiva os serviços da biblioteca e promover o acesso ao conhecimento e a Libras na BU;

b) café com tato (projeto de extensão):

– fornece uma troca de experiência e convívio social entre pessoas envolvidas com a temática de acessibilidade através da interação social entre estudantes com deficiência, de práticas culturais e sociais, além de aprimoramento dos serviços ofertados pelo AI por meio do contato e troca de experiência com os envolvidos;

c) seminário de acessibilidade da universidade:

– evento nacional com foco nas práticas e desafios de instituições de ensino superior para a promoção de acessibilidade, objetiva promover o debate, troca de experiência e capacitação profissional de participantes por intermédio de palestras, mesas redondas, oficinas e relatos de experiência;

d) bom dia biblioteca/AI:

– apresentações de inovações e atualizações do setor para a BU/UFSC através do compartilhamento e discussão das melhores práticas e lições aprendidas pelos servidores que vivenciaram a concepção, elaboração, implantação e acompanhamento de ações, projetos, dentre outros, implantados na BU/UFSC;

e) orientação coletiva de estágio (projeto de extensão):

– sendo uma proposta de aprendizagem participativa sobre práticas acessíveis, possui a intenção de contribuir na formação de estudantes, provoca a reflexão sobre a cultura capacitista, promove o pensamento coletivo de estratégias que tornem possível o desenvolvimento de práticas acessíveis na relação entre as pessoas, o projeto é realizado em encontros de orientação coletiva, trabalhando os conceitos acerca de deficiência e acessibilidade, por intermédio de materiais artísticos e culturais para a reflexão.

A equipe de AI é orientada em suas ações e serviços por documentos guias e diretrizes para uma padronização e melhor atendimento de suas demandas, sobretudo em relação a acessibilidade de pessoas cegas ou com baixa visão e o acervo acessível para estes usuários, estes documentos são disponibilizados no site de Documentos Guias, fornecidos pela BU/UFSC (2022b, online). Podemos citar o Tutorial de Produção de Acervo Digital Acessível, o Guia de audiodescrição para imagens estáticas, a Nota técnica nº 21/2012 – Orientações para descrição de imagem na geração de material digital acessível – Mecdaisy, o Guia para adaptação de material fonético e fonológico para Acervo Acessível e assim por diante.

5.3 Política de Acessibilidade da Universidade Federal do Rio de Janeiro

A inclusão e acessibilidade na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) é incumbência da Diretoria de Acessibilidade (DIRAC), órgão vinculado ao Gabinete da Reitoria. A DIRAC é responsável pela coleta de dados referentes à acessibilidade na UFRJ, “identificando demandas e necessidades, mantendo interlocução com as diversas instâncias [...], sugerindo e propondo aquisição e adaptação de mobiliários e materiais didático-pedagógicos adaptados, apoiando execução de eventos, campanhas e ações [...]” (DIRAC, [2018], online), visando organizar a construção da política de acessibilidade na instituição, orientando as unidades a acessibilidade e inclusão. Constituída por uma Direção e uma Divisão de Orientação e Suporte (DOS), a DIRAC age a partir de alguns eixos, a saber:

Pedagógico

Atua em atividades de orientação pedagógica a partir das demandas apresentadas pelas coordenações de cursos e COAAs de toda a UFRJ. Elabora e divulga informações pedagógicas relevantes sobre o tema da acessibilidade, por meio de cartilhas, folders e site da DIRAC. Planeja oferecer cursos de capacitação aos docentes e técnicos administrativos, além de oferecer orientações pedagógicas regulares aos facilitadores de aprendizagem.

Planejamento

Os integrantes deste grupo possuem a habilidade de reconhecer, analisar e lidar com oportunidades e riscos tanto internos quanto externos. Dentre suas atividades de planejamento e gestão, podemos destacar: Confecção e publicação de Termos de Referência e Editais diversos; Realização de orçamentos e propostas para aquisição de materiais de tecnologia assistiva; traçar estratégias com os demais Núcleos com vistas ao acesso e permanência, com qualidade de alunos e servidores com deficiência na UFRJ.

Acessibilidade Física

Tem como objetivo dar orientação e suporte às Unidades da UFRJ nas questões de adaptações razoáveis e projetos dos espaços físicos acessíveis. Através de visitas técnicas, elaboramos relatórios de diagnósticos dos espaços afim de alertar para as

deficiências dos mesmos em relação à Acessibilidade e Desenho Universal. Estas orientações são encaminhadas para EPLANs, ETU ou Prefeitura pelas Unidades. Além de participar de discussões e reuniões da Câmara Técnica de Orçamento da UFRJ, também integramos a Câmara 1 do Fórum Permanente UFRJ Acessível e Inclusiva (FPAI).

Comunicação

É responsável por promover amplo conhecimento sobre acessibilidade na UFRJ, trabalhando sempre em conjunto com os demais núcleos. Nesse sentido, atua na divulgação de ações e eventos temáticos, na articulação de contatos entre setores, na adequação da sinalização de espaços físicos, na elaboração de materiais de orientação pedagógica, no suporte técnico quanto aos usos de tecnologias assistivas, entre outras atividades. (DIRAC, [2018], online)

A despeito disso, sua estrutura é constituída, também, por um Núcleo de Atendimento e Projetos Educacionais para Pessoas Surdas e com Surdocegueira (NAPESS), voltada para:

- a) a organização da alocação e agendamento de tradutor/intérprete de Libras;
- b) o acompanhamento do estudante surdo ou surdocego através de ações em conjunto com as unidades, decanias e administração central para o bom rendimento desses estudantes;
- c) orientar as comissões de acessibilidade, unidades, decanias e administração sobre o trabalho do tradutor/intérprete de Libras e as particularidades dos usuários deste serviço;
- d) propor projetos e ações na área de Estudos Surdos, Ensino de Libras, Tradução/Interpretação de Libras, acessibilidade e inclusão.

Ademais, enquanto o DIRAC se constitui como órgão de deliberação e execução ao elaborar e implementar a política de acessibilidade da UFRJ, a instituição conta, ainda, com o Fórum Permanente UFRJ Acessível e Inclusiva (FPAI) que se caracteriza como entidade consultiva, se estabelecendo como um ambiente voltada para, como descrito pelo FPAI ([201-], online), “discussão, elaboração e suporte ao desenvolvimento e implementação da política institucional em acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência, constituindo-se como a principal instância consultiva da Reitoria sobre o assunto”. Organizado em câmaras permanentes, o FPAI se divide em três:

- a) câmara de projetos, obras, questões ambientais e qualidade de vida - destinada a analisar e propor soluções para matérias referentes a intervenções físicas e desenvolvimento de projetos, de diversas naturezas, sobre acessibilidade;

- b) câmara de assuntos acadêmicos – destinada a analisar e propor soluções para matérias relacionadas à pesquisa, ensino e extensão na temática da acessibilidade;
- c) câmara de legislação – destinada a analisar e orientar a administração central em todas as ações de acessibilidade no que tange à legislação específica sobre o tema.

Sendo assim, fica evidente que, enquanto o FPAI se estabelece como órgão de discussão e elaboração de possíveis soluções sobre os diversos assuntos de acessibilidade e inclusão, cabe ao DIRAC desenvolver o planejamento, a elaboração e a prática das soluções propostas pelo FPAI, quando estas se fazem viáveis.

5.3.1 Acessibilidade no Sistema de Bibliotecas e Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro

O Sistema de Bibliotecas e Informação (SIBI) é a entidade responsável pelo gerenciamento das 43 bibliotecas da UFRJ e possui, dentro dos seus diversos grupos de trabalho, a Comissão de Acessibilidade do Sistema de Bibliotecas e Informação de UFRJ que “busca prestar informações gerais sobre a temática e divulgar ações, estimulando a participação dos servidores e o compromisso com um padrão de atendimento em todas as bibliotecas” (SIBI, 2019a, online), dentre as ações realizadas pela comissão podemos citar:

- Elaboração da Política de Acessibilidade do SiBI/UFRJ;
- Criação do cronograma de atividades;
- Envio de comunicados gerais para conhecimento e sensibilização das equipes das bibliotecas;
- Confecção de uma lista de necessidades básicas das bibliotecas em relação a hardwares e softwares;
- Apresentação de trabalho no 1º Fórum de Técnicos Administrativos (SINTUFRJ), sobre os objetivos da Comissão e trabalhos realizados;
- Palestra e mediação na 1ª Roda de Conversa do SiBI sobre Acessibilidade às Bibliotecas Universitárias. (SIBI, 2019a, online),

Em sua política de acessibilidade⁷ desenvolvida pela comissão, logo em seu primeiro artigo, são definidos os conceitos de pessoa com deficiência, de pessoa com mobilidade reduzida, de pessoa com transtornos globais de desenvolvimento (TGD), de acessibilidade e do acesso à informação (SIBI, 2019b, online). No segundo artigo, são estabelecidos os objetivos da referida política.

⁷ Para mais informações, acesse: < <http://www.sibi.ufrj.br/index.php/o-sibi/politicas> >

- I- Zelar pela aplicação da legislação sobre os direitos das pessoas com deficiência, bem como das normas técnicas e recomendações vigentes no âmbito das bibliotecas pertencentes ao SiBI da UFRJ;
- II- Agir de forma integrada com os diversos setores da UFRJ para a promoção e o assessoramento das ações de acessibilidade das pessoas com deficiência em prol da igualdade e equidade de condições para o provimento do acesso à informação disponível nas bibliotecas que fazem parte do SiBI;
- III- Promover iniciativas de acessibilidade nos sítios da internet mantidos pelo SiBI e pelas bibliotecas que o compõem;
- IV- Ter o diagnóstico de acessibilidade de todas as bibliotecas, através do mapeamento constante das mesmas;
- V- Orientar às bibliotecas do SiBI quanto ao uso e seleção de tecnologia assistiva;
- VI- Promover ações de sensibilização dos servidores das bibliotecas que compõem o SiBI, difundindo uma cultura de inclusão e contribuindo para eliminar qualquer barreira atitudinal;
- VII- Incentivar a participação de servidores com e sem deficiência nas reuniões da Comissão de Acessibilidade do SiBI/UFRJ;
- VIII- Avaliar periodicamente o desempenho das ações implementadas pela Comissão de Acessibilidade do SiBI/UFRJ, adotando as medidas preventivas e corretivas que se façam necessárias. (SIBI, 2019b, online)

No terceiro e penúltimo artigo, determina que a política deve “ser a diretriz para eventos, processos de trabalho, aquisição de materiais e decisões administrativas, sendo implementada no âmbito de todas as Bibliotecas” (SIBI, 2019b, online) e, por último, o quarto artigo esclarece que a referida política será revisada e atualizada sempre que necessário. Para ilustrar esta conduta, o SIBI divulga um relatório anual, desde 2019, relativo às informações de acessibilidade nas bibliotecas que compõe o sistema, sendo o mais recente referente ao ano de 2021.

A seção seguinte aborda a análise dos dados coletados e aqui expostos, fazendo uma comparação dentre as políticas de acessibilidade de cada universidade federal e seu respectivo sistema de biblioteca, salientando as semelhanças e dissonâncias que apresentam, além de reunir os dados analisados para corroborar a Diretriz para Pessoas Surdas na BCH.

6 ANÁLISE E RESULTADOS

Os dados expostos em seção anterior, pertinentes às políticas de acessibilidade da UFC, UFRJ e UFSC, não só do panorama geral, da acessibilidade e inclusão da UF, como também da perspectiva de cada sistema de bibliotecas das respectivas instituições, estão dispostos a partir da análise realizada dessas informações supracitadas. Ao contrapor as características individualmente, destacamos diversos aspectos que cada uma possuem de semelhante e, ainda, ressaltamos os pontos discordantes que possuem e que, contudo, são aqui evidenciados por suas peculiaridades que o tornam notáveis.

Dividindo essa seção em duas partes, será exposto, em um primeiro momento, a análise e comparação entre as políticas de acessibilidade, das UF e do sistema de bibliotecas de cada uma, além disso, considerando os dados explorados, o resultado será a elaboração da Diretriz de Acessibilidade para Pessoas Surdas na Biblioteca de Ciências Humanas da Universidade Federal.

A diretriz elaborada é focada na acessibilidade para pessoas surdas, tendo em vista as informações da coleta de dados e, para além disso, considerando, ainda, a pesquisa bibliográfica tratada em seções anteriores. Com isso, objetivamos dispor um documento voltado para a acessibilidade de pessoas surdas na biblioteca, especificamente na BCH, como forma de disponibilizar um parâmetro para a padronização de acessibilidade desse usuário na biblioteca. Desse modo, contribuindo, ainda que de forma limitada, para o desenvolvimento da literatura com foco na acessibilidade para surdos na biblioteca, visto que, conforme observado durante a pesquisa bibliográfica, essa temática ainda é escassamente explorada, especialmente se levarmos em conta a literatura voltada para a inclusão de outros tipos de deficiências na biblioteca.

6.1 Pontos de Convergência e de Divergência entre as Políticas de Acessibilidade

Expondo as políticas de acessibilidade da UFC, UFSC e UFRJ, é possível conectar aspectos de concordância e, também, de discrepância, tanto em relação às características individuais das organizações voltada para acessibilidade em cada UF e da forma em que cada uma atua em suas respectivas instituições de ensino, como também das formas de acessibilidade desenvolvidas nos sistemas de biblioteca de cada universidade.

Com isso em mente, dividimos essa subseção em duas, para facilitar a comparação dos dados de cada componente aqui apresentado. Em um primeiro momento, o foco será em relação as características das organização de acessibilidade e inclusão de cada universidade e cada aspectos em comum perceptível dentre suas políticas, assim como a diferença em cada uma. Em seguida, nos concentramos nas políticas de acessibilidade dentro do sistema de biblioteca de cada UF, apresentando os pontos considerados discrepantes dentre estas e, ainda, a correlação que possui entre as devidas seções.

6.1.1 Universidades Federais

Analisando os dados coletados das políticas selecionadas, especificamente da Secretaria de Acessibilidade UFC Inlui, da Coordenadoria de Acessibilidade Educacional da UFSC (CAE/UFSC) e da Diretoria de Acessibilidade da UFRJ (DIRAC/UFRJ), podemos perceber algumas similaridades apresentadas, assim como diferenças notáveis.

Em um primeiro momento, conhecendo cada entidade individualmente, é perceptível que a Secretaria de Acessibilidade UFC Inlui e a DIRAC/UFRJ apresentam como base para seu desempenho na universidade quatro eixos que funcionam como setores de atuação, sendo comum às duas instituições a base pedagógica e, também, o de acessibilidade física/arquitetônica que, embora tenham nomeações diversas, operam com a mesma finalidade. Apesar disso, os dois eixos restantes diferem entre as organizações, enquanto a DIRAC/UFRJ segue como base o planejamento e a comunicação, a Secretaria de Acessibilidade UFC Inlui foca em pilares de atuação tecnológica e atitudinal.

Seguindo um caminho diferente, a CAE/UFSC trabalha com base em cinco princípios, resumidamente:

- a) ações descentralizadas, articuladas e participativas;
- b) respeito à singularidade;
- c) promoção da cultura inclusiva;
- d) indissociabilidade entre inclusão e desenvolvimento institucional;
- e) ações consistentemente embasadas e informadas.

Diante disso, é evidente que as características supracitadas são possíveis de serem encontradas na atuação das demais políticas, embora não como um princípio base, podemos citar, como exemplo, o primeiro princípio da CAE/UFSC, o qual também se encontra presente nas ações da Secretaria de Acessibilidade UFC Inlui. Outro ponto em

comum que se percebe do exercício da Secretaria e da CAE/UFSC é que ambas as organizações promovem ações de acessibilidade e inclusão, além de procederem como apoio e/ou suporte para as demais unidades e departamentos da universidade em que atuam, buscando a redução das barreiras de acessibilidade que possa existir na instituição de ensino que cada uma compões respectivamente.

Em contrapartida, a Secretaria e a DIRAC/UFRJ compartilham de uma mesma característica que a CAE/UFSC, diferentemente das duas entidades anteriores, não apresenta, ou seja, a divisão do órgão em diversos setores e, além disso, são ambas compostas por um setor voltado para o apoio e/ou orientação. Para além disso, a Secretaria e a DIRAC/UFRJ procuram, de certo modo, o acompanhamento do aluno deficiente, apesar de a instituição carioca focar no acompanhamento de alunos surdos ou surdocego, através de um componente de sua estrutura organizacional, ou seja, o Núcleo de Atendimento e Projetos Educacionais para Pessoas Surdas e com Surdocegueira (NAPESS).

Uma diferença que deve ser frisada sobre a DIRAC/UFRJ é o NAPESS, pois a fundação de ensino é a única, dentre as três aqui observadas, que apresenta um componente em sua estrutura que é focada em surdos e surdocego. Dito isso, faz-se indispensável destacar que, embora a Secretaria de Acessibilidade UFC Inclui possua uma Divisão de Tradução e Interpretação Libras/Português, este visa a interpretar/traduzir eventos, textos acadêmicos e produtos informacionais para Libras e/ou português, ou seja, em comparação com o NAPESS, a Divisão ainda opera de forma limitada ao se restringir em ofertar esses serviços.

A instituição de ensino carioca se destaca, ainda, por atuar como um órgão de deliberação e execução diante da discussão, elaboração e suporte realizados pelo Fórum Permanente UFRJ Acessível e Inclusiva (FPAI), este sendo uma fundação independente e separada da DIRAC, ao invés de ser parte integrante da organização. Em relação ao NAPESS, o núcleo se destaca em seu exercício, sendo eles:

- a) a organização da alocação e agendamento de tradutor/intérprete de Libras;
- b) o acompanhamento do estudante surdo ou surdocego através de ações em conjunto com as unidades, decanias e administração central para o bom rendimento desses estudantes;
- c) orientar as comissões de acessibilidade, unidades, decanias e administração sobre o trabalho do tradutor/intérprete de Libras e as particularidades dos usuários deste serviço;

- d) propor projetos e ações na área de Estudos Surdos, Ensino de Libras, Tradução/Interpretação de Libras, acessibilidade e inclusão.

Por outro lado, a CAE/UFSC também possui aspectos que devem ser destacados, visto que a instituição foi a única que se preocupou em elaborar documentos que orientassem a prática pedagógica voltada para PCD, além de mediar na disponibilização de tecnologia assistiva e comunicação alternativa para os alunos que necessitem de tais recursos. A organização se sobressai, ainda, ao contribuir com os processos institucionais que envolvam o ingresso de pessoas com deficiência nos vestibulares, concursos públicos e processos seletivos, em outras palavras, na sua contribuição para que seja possível que PCD se tornem componentes da universidade, seja como discente, docente ou servidor.

Analisando as características relevantes da Secretaria de Acessibilidade UFC Inlui, podemos destacar que o órgão, em sua atuação, estimula a inserção de conteúdos sobre acessibilidade nos projetos pedagógicos de cursos de graduação, contribuindo para a formação de profissionais sensíveis ao tema, além de promover a formação de recursos humanos em gestão de políticas relacionadas às PCD, tornando-os qualificado para o atendimento acessível e adequado para esse público. Outro ponto que vale salientar é que a Secretaria elaborou a cartilha “Acessibilidade na UFC”, onde sintetiza informações acerca de conceitos de acessibilidade, de PCD, das ações da secretaria e assim por diante.

Buscando facilitar a compreensão dos principais aspectos que se diferem e os que se assemelham entre as políticas de acessibilidade aqui dispostas, foram elaboradas as Tabela 10 e Tabela 11, expostas logo mais e que apresentam, em síntese, as informações e comparações colocadas nessa seção da análise das políticas de acessibilidade de cada universidade.

Tabela 10 – Pontos de convergência entre as Políticas de Acessibilidade da Secretaria de Acessibilidade UFC Inlui, da CAE/UFSC e da DIRAC/UFRJ

| Universidade | Pontos de Convergência |
|---|---|
| Secretaria de Acessibilidade UFC Inlui; DIRAC/UFRJ. | <ul style="list-style-type: none"> - Atuam com base em eixos; - Eixo pedagógico; - Eixo voltado para acessibilidade física/arquitetônica. - Divididos em setores; - Uma divisão voltada para apoio/orientação; - Acompanhamento do aluno. |
| Secretaria de Acessibilidade UFC Inlui; | - Respeito à singularidade; |

CAE/UFSC; DIRAC/UFRJ.

- Promoção da cultura inclusiva;
- Indissociabilidade entre inclusão e desenvolvimento institucional;
- Ações consistentemente embasadas e informadas.

Secretaria de Acessibilidade UFC Inlui; CAE/UFSC.

- Ações descentralizadas;
- Promoção de ações de acessibilidade e inclusão;
- Atuam como apoio/suporte às demais unidades e departamentos da universidade;
- Buscam a redução das barreiras de acessibilidade existente na instituição.

Fonte: Elaborado pela autora.

Tabela 11 – Pontos de divergência entre as Políticas de Acessibilidade da Secretaria de Acessibilidade UFC Inlui, da CAE/UFSC e da DIRAC/UFRJ

| Universidade | Pontos de Divergência |
|--|---|
| Secretaria de Acessibilidade UFC Inlui | <ul style="list-style-type: none"> - Estimula a inserção de conteúdos de acessibilidade nos projetos pedagógicos; - Promove a formação de RH em gestão de políticas relacionadas às PCD; - Comissão de Agentes de Acessibilidade; - Elaborou a Cartilha de Acessibilidade na UFC. |
| CAE/UFSC | <ul style="list-style-type: none"> - Atua com base em 5 princípios; - Elaborou documentos para orientar a prática pedagógica voltada para PCD; - Mediação na disponibilização de tecnologia assistiva e comunicação alternativa; - Contribuição com os processos institucionais que envolvam o ingresso de PCD nos vestibulares, concursos públicos e processos seletivos. |
| DIRAC/UFRJ | <ul style="list-style-type: none"> - Possui um Núcleo de Atendimento e Projetos Educacionais para Pessoas Surdas e com Surdocegueira (NAPESS); - Acompanhamento do estudante surdo ou surdocego através de ações em conjunto com as unidades, decanias e administração central; - Orientação sobre o trabalho do tradutor/intérprete de Libras e as particularidades dos usuários deste serviço; |

- Proposta de projetos e ações na área de Estudos Surdos, Ensino de Libras, Tradução/Interpretação de Libras, acessibilidade e inclusão;
- Atua como um órgão de deliberação e execução a partir da discussão, elaboração e suporte realizado pelo Fórum Permanente UFRJ Acessível e Inclusiva (FPAI).

Fonte: Elaborado pela autora.

6.1.2 Sistemas de Bibliotecas

As políticas de acessibilidade dos sistemas de bibliotecas das UF expostas possuem, em comparação com as divisões de acessibilidade de cada instituição, poucos dados para análise. Ainda assim, o SB/UFC, a BU/UFSC e o SIBI/UFRJ apresentam componentes relevantes de serem ressaltados. O primeiro ponto que vale observar é que o SB/UFC possui semelhanças com os sistemas das outras duas organizações, contudo, é inexistente nesse órgão algum aspecto discordante que se destaque em relação às demais políticas.

Todos os sistemas de bibliotecas explorados possuem em sua estrutura organizacional uma divisão voltada para a acessibilidade em suas bibliotecas e, além disso, as três instituições elaboraram algum documento para orientar a padronização ou guiar seus produtos e serviços. Enquanto o SB/UFC desenvolveu um documento intitulado “Diretrizes para produção de materiais acessíveis para pessoas com deficiência visual”, o SIBI/UFRJ produziu uma Política de Acessibilidade e produz relatórios de acessibilidade nas bibliotecas, para além disso, a BU/UFSC elaborou diversos documentos guias e diretrizes para padronização de serviços/produtos, com foco especial na acessibilidade para pessoas cegas ou com baixa visão.

As semelhanças entre o SB/UFC e o SIBI/UFRJ estão relacionadas aos serviços que cada uma oferece para sua comunidade de usuários com deficiência. Ambas as organizações fornecem o serviço de produção de acervo acessível, visto que, nos dois casos, este serviço tem maiores demandas de seus usuários. Os sistemas ofertam, ainda, assessoria em acessibilidade informacional, de orientação à pesquisa bibliográfica e do levantamento bibliográfico.

Em contrapartida, a BU/UFSC e o SIBI/UFRJ detêm pontos de divergência que podem ser ressaltados. A BU/UFSC tem como propósito a igualdade no acesso à informação, fornecendo serviço de orientação do uso de tecnologias assistivas e realizando projetos e

programas voltados para a temática de acessibilidade. Por outro lado, a SIBI/UFRJ é o único sistema de bibliotecas das três instituições que possui uma política de acessibilidade oficialmente elaborada, além disso, o órgão possui um cronograma de atividades voltadas para a temática, propaga comunicados para conhecimento e sensibilização sobre o assunto, elabora lista de necessidades de hardware e software para a acessibilidade, realiza palestras e mediação da temática e, como já foi supracitado, elabora relatórios de acessibilidade nas bibliotecas.

Visando uma melhor compreensão da análise realizada nesta seção, elaboramos as tabelas (TABELA 12; TABELA 13) que se seguem, com demonstrações claras dos dados explorados e da comparação empreendida. Desse modo, fica evidente os pontos que foram supracitados nesta seção a partir da divisão da abordagem, ou seja, na Tabela 12 fica evidente os pontos de convergência das políticas de acessibilidade entre os sistemas de bibliotecas estudados, enquanto na Tabela 13 é demonstrados os aspectos divergentes que se destacam da BU/UFSC e do SIBI/UFRJ.

Tabela 12 – Pontos de convergência entre as Políticas de Acessibilidade do SB/UFC, da BU/UFSC e do SIBI/UFRJ

| Sistema de Bibliotecas | Pontos de Convergência |
|-------------------------------|--|
| SB/UFC; BU/UFSC; SIBI/UFRJ | <ul style="list-style-type: none"> - Divisão voltada para a acessibilidade. - Elaboração de documentos para padronização e guia (política, diretriz, dentre outros). |
| SB/UFC; BU/UFSC | <ul style="list-style-type: none"> - Serviço de produção de acervo acessível; - Maior demanda é de produção de acervo acessível; - Assessoria em acessibilidade informacional (orientação à pesquisa bibliográfica e levantamento bibliográfico). |

Fonte: Elaborado pela autora.

Tabela 13 – Pontos de divergência entre as Políticas de Acessibilidade da BU/UFSC e da SIBI/UFRJ

| Sistema de Bibliotecas | Pontos de Divergência |
|-------------------------------|--|
| BU/UFSC | <ul style="list-style-type: none"> - Possui como propósito a igualdade no acesso à informação; - Serviço de orientação do uso de tecnologias assistivas; |

SIBI/UFRJ

- Projetos e programas voltados para a acessibilidade.

- Possui uma Política de Acessibilidade oficialmente elaborada;

- Cronograma de atividades voltada para acessibilidade;

- Propagação de comunicados para conhecimento e sensibilização;

- Elabora lista de necessidades para acessibilidade de hardware e software;

- Realiza palestras e mediação no tema;

- Elaboração de relatórios de acessibilidade nas bibliotecas.

Fonte: Elaborado pela autora.

Diante disso, a seguir será evidenciado a Diretriz de Acessibilidade para Pessoas Surdas na Biblioteca de Ciências Humanas da Universidade Federal do Ceará, considerando os dados coletados, as análises realizadas e, ainda, as informações compreendidas da pesquisa bibliográfica realizada neste trabalho.

6.2 Diretriz de Acessibilidade para Pessoas Surdas na Biblioteca de Ciências Humanas da Universidade Federal do Ceará

Acesso para todos, o princípio fundamental da acessibilidade, requisito indispensável para a inclusão de todo indivíduo em qualquer esfera, pressupõe uma característica essencial: a igualdade. As pessoas surdas, com todas as suas pluralidades, experimentam a desigualdade a partir do momento que os indivíduos não possuem as mesmas condições usufruídas pelos demais usuários, do acesso a comunicação, a informação e ao atendimento na biblioteca. Nessa perspectiva, a Biblioteca de Ciências Humanas, responsável por atender as demandas informacionais do curso de Letras Libras, onde se concentram o maior número de pessoas surdas na Universidade Federal do Ceará, carece de uma política ou diretriz voltada para essa comunidade. Portanto, esta diretriz tenciona direcionar as ações e atendimento dentro da BCH para o usuário surdo, de acordo com as informações e pesquisa explicitadas nesse trabalho.

Considerando os serviços que a SAPD oferece dentro do SB/UFC, ou seja, a edição e digitalização de textos acadêmicos em formato acessível, o levantamento bibliográfico e a orientação à pesquisa bibliográfica, esta diretriz visa estabelecer alguns parâmetros para

a oferta desses serviços de um modo acessível para pessoas surdas, a partir do que foi explorado em seções anteriores. Em outras palavras, atentando para as principais barreiras que se interpõe para os surdos, será esclarecido algumas orientações para a acessibilidade na comunicação, na informação e no atendimento voltado para pessoas surdas dentro da BCH.

6.2.1 Parâmetros para a comunicação

A comunicação na biblioteca deve ser considerada desde a interação entre o bibliotecário e o usuário, até mesmo da sinalização em situações de emergência, como em caso de incêndio. Considerando a seguinte definição:

V - comunicação: forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações; (BRASIL, 2015, online).

Portanto, os parâmetros⁸ a seguir buscam orientar as ações de acessibilidade comunicacional em diversas situações, a saber:

- a) para emissão, compreensão e troca de mensagens/informação, a comunicação deve ser disponibilizada em diferentes formatos:
 - tátil, considerando os usuários surdocego;
 - visual, seja em texto, Libras, dentre outros;
 - sonora, levando em conta aqueles com audição residual;
- b) considerar cada realidade e estabelecer uma comunicação com isso em mente, ou seja, cada usuário terá uma base diferente para se comunicar, o que deve ser levado em conta, a saber:
 - surdo com domínio de Libras, se comunicam através da língua de sinais;
 - surdo sem domínio de Libras, geralmente apresentam surdez pós-linguística e, portanto, podem falar com desenvoltura, mas sem escutar e, nesses casos, a comunicação pode ser estabelecida através da leitura oral/facial ou textual;
 - surdo com domínio de Português, podem ser utilizados recursos textuais em

⁸ Para um maior entendimento dos termos utilizados, verificar o glossário no final deste trabalho.

português, como legendas, textos escritos, assim como recursos de leitura orofacial e assim por diante;

- surdo sem domínio de Português, geralmente esse usuário apresenta uma noção básica da língua, mas sem proficiência, o que pode ocasionar em dificuldades de entendimento de textos ou mesmo de informações em português, portanto, deve-se estabelecer a comunicação pelo meio mais conveniente em cada caso, podendo ou não ser Libras;

- surdocego com domínio de braille, a comunicação é realizada, basicamente, através do meio tátil, ou seja, por intermédio de Libras tátil, textos em braille, dentre outros;

- surdocego sem domínio de braille, assim como aquele com domínio de braille, a comunicação é tátil, contudo, neste caso, pode ser utilizado o alfabeto manual tátil ou, ainda, a escrita na palma da mão, a Libras tátil e assim por diante;

- surdocego com visão residual, a comunicação pode ser realizada, além do meio tátil, através de alfabeto dactilológico, Libras em campo reduzido, tipografia aumentada, dentre outros;

- surdocego com audição residual, nesse caso, pode-se utilizar o meio sonoro, através da audiodescrição, dublagem em português, comunicação oral e assim por diante;

- deficiente auditivo, pode ser utilizado o meio tátil, como alarmes vibratórios, por exemplo, assim como o meio visual, por intermédio da leitura orofacial, leitura textual, dentre outros e, em casos com DA com audição residual, a comunicação oral também é uma opção.

6.2.2 Parâmetros para a informação

O modo em que se apresenta uma determinada informação é fundamental para seu entendimento, principalmente em se tratando de informações destinadas às pessoas surdas. Portanto, considerando as diversas formas de comunicação visual, tátil e sonora, além de ter em mente o conteúdo explorado neste trabalho, estabelecemos aqui os seguintes parâmetros para a informação:

- a) deve ser consistente, clara e precisa, de fácil compreensão;

- b) deve ser fornecida sempre que se fizer necessária, estando atualizadas e adequadas;
- c) as informações devem ser disponibilizadas em diversas versões, além da versão inicial:
- informações visuais ou não textuais, como gráficos e tabelas, devem apresentar alternativas textuais, por locução (voz) e por meio tátil, com diversas texturas e relevos;
 - informações textuais de material gráfico devem apresentar versões com letras ampliadas, em meios magnéticos (CD, disquetes, etc.), em braille e caracteres em relevo;
 - informações sonoras, como entrevistas em áudio, devem apresentar alternativas textuais, com disponibilidade para aumentar as letras, além de fornecer, também, as informações em braille e caracteres em relevo;
 - informações exibidas pela TV devem ter versões visuais e sonoras, como CC para informações orais ou, ainda, a voz para informações em texto.
 - informações em meio digitais devem apresentar, como alternativa, compatibilidade para o uso de tecnologias assistivas, como ampliação de tela, leitor de tela, sintetizador de voz, dentre outros;
- d) em acervos bibliográficos e recursos didáticos devem ser disponibilizados recursos de apoio em Libras, como CD, DVD, dicionários ilustrados e assim se segue, além disso, o acervo deve estar disponível em meio visual, sonoro e tátil ou, ao menos, a biblioteca deve fornecer o serviço para que a versão alternativa seja solicitada para uso;
- e) em publicações e impressos devem ser disponibilizados exemplares em meio magnético (CD, disquetes, etc.) ou em formato digital com compatibilidade para o uso de tecnologias assistivas, como leitores de tela, ampliador de tela, dentre outros;
- f) a biblioteca deve dispor de serviço de edição e digitalização de textos acadêmicos em vídeo Libras para que os usuários surdos possam solicitar a adaptação dos textos em formato acessível;
- g) o serviço de referência da biblioteca deve ter um profissional preparado para disponibilizar o serviço para pessoas surdas.

6.2.3 Parâmetros para o atendimento

A BCH tem seu exercício pautado na sua comunidade de usuários docentes, discentes e servidores da UFC, portanto, considerando que a biblioteca deve atender ao seu público-alvo em suas demandas informacionais, o atendimento é um fator fundamental dessa estrutura. Nessa perspectiva, o atendimento do usuário surdo deve ser realizado de modo diferenciado e, portanto, devem seguir alguns parâmetros:

- a) todo atendimento deve ser realizado por pessoas sensibilizadas para as necessidades das PCD e, especialmente, das individualidades da comunidade surda;
- b) no atendimento, a informação deve ser prestada diretamente para quem a solicitou, independentemente de a pergunta ter sido feita por um intermediário como, por exemplo, um intérprete de Libras, ou seja, quem está em atendimento é o surdo e, portanto, é a este usuário que o bibliotecário deve se dirigir;
- c) o atendimento deve ser disponibilizado:
 - em Português, com locução, dicção e articulação claras para facilitar a leitura orofacial, podendo repetir a informação quantas vezes forem necessárias para o seu entendimento pelo usuário;
 - em Libras, de preferência, por profissional fluente na língua de sinais, identificado pelo Símbolo Internacional de Surdez;
 - em Libras tátil ou Libras em campo visual reduzido, por surdocego ou profissional competente para informar sobre o entorno e o contexto, identificado pelo símbolo de surdocegueira;
- d) a biblioteca deve divulgar os locais, dias e horários do serviço informacional, do levantamento bibliográfico e da orientação à pesquisa bibliográfica, com orientação e instruções adequadas para pessoas surdas ou, caso seja necessário agendamento para a utilização desses serviços, divulgar os meios utilizados para realizar o agendamento e seu passo a passo, de modo compreensível para surdos;
- e) na programação realizada pela biblioteca deve seguir os seguintes aspectos:

- atendimento especializado em Libras e/ou por meio de articulador orofacial, fato que deve ser divulgado em todo material promocional da programação/evento;
- exemplares de libretos do evento, programa ou exposição em braille e/ou com fonte ampliada;
- gravações em Libras, com legenda e texto sonoro com a descrição do ambiente, da exposição, do percurso, pontos interessantes e das obras;
- em espetáculos de sons e imagens, devem ser fornecidas a descrição resumidas das imagens em locução/voz, sistema de áudio ou em impressos em braille;
- em espetáculos musicais, devem ser fornecidos exemplares do programa com a narrativa resumida e/ou as letras das músicas;
- em peças teatrais, deve ser utilizado recursos de tecnologia assistiva, como telões legendados ou outro sistema de legenda;
- em exposições de filmes, deve ser utilizado o recurso de legenda em português, dublagem em português, em casos de filmes de língua estrangeira, além de ser disponibilizado sistema de áudio/texto para descrição de imagem e sons incompreensíveis ou que passem despercebidos para pessoas surdas e/ou surdocega;
- em palestras, seminários e programação semelhante, devem ser utilizados tecnologias assistivas, de acordo com a necessidade do usuário, como sistemas de transcrição das falas em texto, sistemas de áudio com descrição de imagens e sons, telões com intérprete de Libras ou articulador orofacial, assim por diante;
- o espaço destinado à programação deve oferecer condições de iluminação, acústica, propagação do som e disposição de lugares adequados para a visualização da interpretação oral para Libras, da articulação orofacial ou da legenda em texto, permitindo, ainda, a audição da tradução de Libras para a língua portuguesa, quando necessário, além da atuação do guia intérprete junto ao surdocego;
- os eventos devem disponibilizar as informações sobre o conteúdo da apresentação em texto e locução, ao mesmo tempo;

- os conteúdos ou resumo dos temas que serão apresentados, com vocabulário e termos específicos, devem ser disponibilizados para os interpretes com antecedência para que possam ser estudados antes do evento;
- programação com cobertura de fotógrafos e/ou cinegrafistas devem restringir a movimentação e atuação desses profissionais de modo que não interrompa o contato visual da pessoa surda com o interprete de Libras, seja pela iluminação, pelo ofuscamento dos flashes ou pelo posicionamento do profissional.

A diretriz elaborada nesta seção se destina a direcionar as ações e serviços voltadas para os usuários surdos na BCH a partir da pesquisa previamente elaborada. Evidentemente, fica a cargo da instituição optar ou não pela aplicação prática desses parâmetros na biblioteca em questão ou, ainda, da análise desse trabalho para a elaboração oficial de sua própria diretriz de acessibilidade para usuários surdos. Isto posto, a próxima seção abordará a conclusão deste trabalho.

7 CONCLUSÃO

A UFC é uma instituição de ensino superior que se constitui como referência na formação acadêmica e profissional, não apenas nacionalmente, mas, para além disso, é uma referência internacional. Nesse contexto, a BCH exerce um papel fundamental no desenvolvimento de seus usuários, através das ações e serviços que oferta. Considerando que pessoas surdas são cidadãos pertencentes à sociedade e, como tal, são igualmente responsáveis pelo desenvolvimento coletivo e, portanto, devem ser levados em conta no exercício da biblioteca, tendo em vista suas necessidades específicas.

A acessibilidade, em uma perspectiva mais ampla, deve ser destinada para todos por se tratar da possibilidade de acesso sem impedimentos, contudo, na realidade, se interpõe barreiras urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações e informações, atitudinais e tecnológicas para o pleno exercício da acessibilidade para todos. Ainda assim, os direitos das PCD às condições de acessibilidade estão garantidos pelos fundamentos legais da Constituição Federal de 1988 e pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência. Naturalmente, existem outros fundamentos legais que amparam a PCD e, especificamente, as pessoas surdas, como a Lei nº10.436, de 24 de abril de 2002, na qual a Libras é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão.

A partir da contextualização das PCD, das pessoas surdas e sua história, das PCD na UFC, da BCH, do papel social que exerce a BI, da comunidade surda na UFC e da acessibilidade para surdos na biblioteca, fez-se evidente a necessidade de elaborar uma Diretriz de Acessibilidade para Pessoas Surdas na BCH. Para tanto, foram coletados dados sobre as políticas de acessibilidade da UFC, da UFRJ e da UFSC, enquanto instituições de ensino superior, além das políticas de acessibilidade dos sistemas de bibliotecas de cada organização federal, especificamente do SB/UFC, da BU/UFSC e do SIBI/UFRJ.

A análise das informações de cada política foi sintetizada em pontos de convergência e de divergência encontrados em cada uma e, como resultado da pesquisa realizada, foi elaborada a Diretriz de Acessibilidade para Pessoas Surdas na BCH. A finalidade da diretriz é estabelecer parâmetros na comunicação, na informação e no atendimento voltados para o usuário surdo nas ações e serviços da BCH. É fundamental salientar que a diretriz não tenciona ser um produto final por si só, podendo ser revista, analisada, adaptada de acordo com as necessidades dos usuários.

Compreendemos em nossa pesquisa que a bibliografia da temática de acessibilidade para pessoas surdas, especificamente nas bibliotecas universitárias, é bastante escassa e, em contrapartida, há abundância em material de pesquisa para acessibilidade de pessoas cegas ou com baixa visão. Diante disso, as análises das políticas de acessibilidade de cada UF esclarece a visão institucional das PCD nesse contexto e, especificamente se tratando de pessoas surdas, é evidente que há muito espaço para ser conquistado por essa comunidade dentro de suas universidades e bibliotecas.

Em alguns aspectos analisados, há diretrizes e políticas devidamente elaboradas para a acessibilidade de pessoas cegas e com baixa visão na universidade e em suas bibliotecas, todavia, é inexistente um documento próprio para a acessibilidade de pessoas surdas na universidade ou mesmo nas bibliotecas. Nesse contexto, o desenvolvimento da diretriz elaborado nesta monografia faz-se fundamental para contribuir no progresso da temática em questão.

Em suma, concebemos que as pessoas surdas são uma parcela significativa dentro da universidade e, portanto, é incontestável a necessidade de elaboração e/ou aprimoramento de medidas de acessibilidade voltadas para esse público na BCH e, para além da biblioteca, na instituição como um todo, com políticas, diretrizes e orientações devidamente elaboradas para guiar a acessibilidade para pessoas surdas nesse contexto, possibilitando o desenvolvimento acadêmico pleno desses indivíduos para que se formem como profissionais devidamente qualificados para trazer contribuições indispensáveis para a sociedade.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 3 ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2015. 148 p. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/cia/contents/manuais/abnt-nbr9050-edicao-2015.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15599**: Acessibilidade - Comunicação na prestação de serviços. Rio de Janeiro: ABNT, 2008. 39 p.

BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA (Ceará). Universidade Federal do Ceará (org.). **Biblioteca Acessível**. [201-a]. Disponível em: <<https://biblioteca.ufc.br/pt/biblioteca-acessivel/>>. Acesso em: 23 out. 2022.

BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA (Ceará). Universidade Federal do Ceará (org.). **Biblioteca de Ciências Humanas (BCH)**. [201-b]. Disponível em: <<https://biblioteca.ufc.br/pt/bibliotecas-do-sistema/bibliotecas-no-campus-do-benfica/biblioteca-de-ciencias-humanas-bch-2/>>. Acesso em: 21 set. 2022.

BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA (Ceará). Universidade Federal do Ceará (ed.). **Bibliotecas do Sistema**: cursos atendidos por cada biblioteca. 2022. Documento disponível no Google DOCS: <<https://docs.google.com/document/d/15PD8tycgd08d1RabfquQ1kwDFrHU-CTgDqDrVq3vjwY/edit>>. Disponível em: <<https://biblioteca.ufc.br/pt/bibliotecas-do-sistema/>>. Acesso em: 5 set. 2022.

BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA (Ceará). Universidade Federal do Ceará (org.). **Diretrizes para produção de materiais acessíveis para pessoas com deficiência visual**. [201-c]. Disponível em: <<https://biblioteca.ufc.br/pt/regulamentos-e-politicas/diretrizes-para-producao-de-materiais-acessiveis-para-pessoas-com-deficiencia-visual/>>. Acesso em: 21 out. 2022.

BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA (Ceará). Universidade Federal do Ceará (ed.). **Missão, Visão e Valores**. [201-d]. Disponível em: <<https://biblioteca.ufc.br/pt/sobre-a-biblioteca-universitaria/missao-visao-e-valores/>>. Acesso em: 28 set. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 18 set. 2022.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Decreto Nº 5.626, de 22 de Dezembro de 2005**. Brasília, 23 dez. 2005. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm>. Acesso em: 28 ago. 2022.

BRASIL. Decreto nº 56.725, de 16 de agosto de 1965. Regulamenta a Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962, que dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário. **Decreto Nº**

56.725, de 16 de Agosto de 1965. Brasília: Diário Oficial da União, 19 set. 1965. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/479318/publicacao/15642553>>. Acesso em: 11 set. 2022.

BRASIL. Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962. Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. **Lei Nº 4.084, de 30 de Junho de 1962.** Brasília: Diário Oficial da União, 2 jul. 1962. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L4084.htm>. Acesso em: 11 set. 2022.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.. **Lei Nº 10.436, de 24 de Abril de 2002.** Brasília, 25 abr. 2002. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>. Acesso em: 28 ago. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Lei Nº 13.146, de 6 de Julho de 2015.** Brasília, 07 jul. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm#art127>. Acesso em: 28 ago. 2022.

BRASIL. Resolução CBF Nº 42 de 11 de janeiro de 2002. Regulamentada pela Lei 4.084 de 30 de junho de 1962 e pelo Decreto nº 56.725 de 16 de agosto de 1965, dispõe sobre Código de Ética do Conselho Federal de Biblioteconomia. **Resolução CBF Nº 42 de 11 de janeiro de 2002.** Disponível em: <<http://repositorio.cfb.org.br/handle/123456789/215>>. Acesso em: 11 set. 2022.

BUSQUET, Leandro Martins Cota. **Bibliotecas universitárias e o impacto das políticas públicas do ensino superior: o caso da BCG/UFF.** 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012. Cap. 3: 32-52.

BU/UFSC, Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina (Santa Catarina). Universidade Federal de Santa Catarina (org.). **Acessibilidade Informacional BU: Apresentação.** 2022a. Disponível em: <<https://accessibilidade.bu.ufsc.br/>>. Acesso em: 29 out. 2022.

BU/UFSC, Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina (Santa Catarina). Universidade Federal de Santa Catarina (org.). **Acessibilidade Informacional BU: Documentos guias.** 2022b. Disponível em: <<https://accessibilidade.bu.ufsc.br/documentos-guias/>>. Acesso em: 29 out. 2022.

BU/UFSC, Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina (Santa Catarina). Universidade Federal de Santa Catarina (org.). **Acessibilidade Informacional BU: Programas e Projetos.** 2022c. Disponível em: <<https://accessibilidade.bu.ufsc.br/programas-e-projetos/>>. Acesso em: 29 out. 2022.

BU/UFSC, Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina (Santa Catarina). Universidade Federal de Santa Catarina (org.). **Acessibilidade Informacional BU: Serviços.** 2022d. Disponível em: <<https://accessibilidade.bu.ufsc.br/servicos/>>. Acesso em: 29 out. 2022.

CAE/PROAFE, Coordenadoria de Acessibilidade Educacional - Pró Reitoria de Ações Afirmativas e Equidades (Santa Catarina). Universidade Federal de Santa Catarina (org.). **O que é a CAE?** 2022a. Disponível em: <<https://cae.ufsc.br/o-que-e-a-cae/>>. Acesso em: 26 out. 2022.

CAE/PROAFE, Coordenadoria de Acessibilidade Educacional - Pró Reitoria de Ações Afirmativas e Equidades (Santa Catarina). Universidade Federal de Santa Catarina (org.). **Objetivos.** 2022b. Disponível em: <<https://cae.ufsc.br/objetivos/>>. Acesso em: 27 out. 2022.

CAE/PROAFE, Coordenadoria de Acessibilidade Educacional - Pró Reitoria de Ações Afirmativas e Equidades (Santa Catarina). Universidade Federal de Santa Catarina (org.). **Princípios.** 2022c. Disponível em: <<https://cae.ufsc.br/principios/>>. Acesso em: 26 out. 2022.

Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/multidominio/genero/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9749&t=destaques>>. Acesso em: 04/12/2017.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica.** 5 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CIANTELLI, Ana Paula Camilo e LEITE, Lúcia Pereira. **Ações Exercidas pelos Núcleos de Acessibilidade nas Universidades Federais Brasileiras.** Revista Brasileira de Educação Especial [online]. 2016, v. 22, n. 3, p. 413-428. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbee/a/xThwG4TvvVT86tFY9cG66nN/abstract/?lang=pt#>>. Acesso em: 25/11/2022.

CONEGLIAN, André Luís Onório; SILVA, Helen de Castro. Biblioteca Inclusiva: perspectivas internacionais para o atendimento a usuários com surdez. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 7, 2006, Marília (Sp). **Anais do VII ENANCIB.** Marília (Sp): Ancib, 2006. p. 1-14.

CORRADI, Juliane Adne Mesa. Estudos Surdos: comunidades, culturas e identidades surdas. In: CORRADI, Juliane Adne Mesa. **Ambientes Informacionais Digitais e Usuários Surdos:** questões de acessibilidade. Marília - Sp: Universidade Estadual Paulista, 2007. Cap. 2. p. 34-39.

COSTA, Gabriela R. V.; MAIOR, Izabel M. M. de L.; LIMA, Niusarete M. de. Acessibilidade no Brasil: uma visão histórica. In: III SEMINÁRIO E II OFICINAS "ACESSIBILIDADE, TI E INCLUSÃO DIGITAL", 3., 2005, São Paulo. **ATIID 2005.** São Paulo: Usp/faculdade de Saúde Pública, 2005. p. 1 - 5.

CUNHA, Miriam Vieira da. O papel social do bibliotecário. **Encontros Bibli:** revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, n. 15, p. 1-7, jan. 2003. Periódica.

DIRAC, Diretoria de Acessibilidade (Rio de Janeiro). Universidade Federal do Rio de Janeiro (org.). **O que é a Diretoria de Acessibilidade – DIRAC?** [2018]. Disponível em: <<https://acessibilidade.ufrj.br/dirac/>>. Acesso em: 24 out. 2022.

FIALHO, Janaina; SILVA, Daiane de Oliveira. **Informação e conhecimento acessíveis aos deficientes visuais nas bibliotecas universitárias**. Perspectivas em Ciência da Informação, v. 17, n. 1, p. 153-168, jan./mar. 2012.

FORTES PINTO E NETO, Lúgia Maria. **O papel social da Biblioteca Universitária na inclusão do indivíduo portador de deficiência visual**. 2013. 82 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências da Informação e da Documentação - Biblioteconomia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2013. Cap. 1.

FPAI, Fórum Permanente UFRJ Acessível e Inclusiva (Rio de Janeiro). Universidade Federal do Rio de Janeiro (org.). **O que é o Fórum?** []. Disponível em: <[://acessibilidade.ufrj.br/o-que-e-o-forum/](https://acessibilidade.ufrj.br/o-que-e-o-forum/)>. Acesso em: 24 out. 2022.

FRANÇA, Inacia Sátiro Xavier de; PAGLIUCA, Lorita Marlena Freitag. **Acessibilidade das pessoas com deficiência ao SUS: fragmentos históricos e desafios atuais**. **Rev. Rene**, Fortaleza, v. 9, n. 2, p. 129-137, jun. 2008. Periódica.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200 p.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNS 2019: país tem 17,3 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência**. país tem 17,3 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência. 2021. Disponível em: <<https://censos.ibge.gov.br/2013-agencia-de-noticias/releases/31445-pns-2019-pais-tem-17-3-milhoes-de-pessoas-com-algum-tipo-de-deficiencia.html>>. Acesso em: 19 set. 2022.

MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa Paiva; CARDOSO, Ana Paula Lima Barbosa. **A Pessoa com Deficiência e a Crise das Identidades na Contemporaneidade**. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 139, p. 45-61, jan. 2010. Quadrimestral.

MELO, Amanda Meincke. **Acessibilidade e Design Universal**. In: PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; FERRÉS, Sofia Pérez (org.). **Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas**. Campinas, SP: Unicamp, 2006. Cap. 3. p. 17-20.

NASCIMENTO, Leandra Fernandes do. **Anais da Semana de Humanidades UFC/UECE 8ª, 2011, Fortaleza, Ceará. O movimento da inclusão da pessoa com deficiência no Ceará**. In: ANAIS DA SEMANA DE HUMANIDADES UFC/UECE. 8ª: 2011: FORTALEZA, Ceará. Humanidades: entre fixos e fluxos. Disponível em: <<http://www.repositoriobib.ufc.br/000013/00001397.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

OLIVEIRA, Magali Araújo Damasceno de; ALVES, Márcia Valéria; MAIA, Maria Aniolly Queiroz. **A função social do profissional da informação numa biblioteca inclusiva**. In: XXV CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais do XXV CBBB**. Florianópolis: FEBAB, 2013. p. 1-12.

PAULA, Sonia Nascimento de; CARVALHO, José Oscar Fontanini de. Acessibilidade à informação: proposta de uma disciplina para cursos de graduação na área de biblioteconomia. **Ciências da Informação**, Brasília, v. 38, n. 3, p.64-79, dez. 2009.

PAGLIUCA, Lorita Marlena Freitag; OLIVEIRA, Paula Marciana Pinheiro de; MARIANO, Monaliza Ribeiro; SILVA, Jacqueline Mota da; ALMEIDA, Paulo Cesar de; OLIVEIRA, Giselly Oseni Barbosa. Disabled person: construction of concept by this population. **Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste**, [S.L.], v. 16, n. 5, p. 705-713, 10 nov. 2015. Rev Rene - Revista da Rede de Enfermagem de Nordeste. <http://dx.doi.org/10.15253/2175-6783.2015000500012>.

PRIBERAM, Dicionário. **Acessibilidade**. 2022. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/acessibilidade>>. Acesso em: 25 maio 2022.

PRIBERAM, Dicionário. **Barreira**. 2022. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/barreira>>. Acesso em: 15 out. 2022.

RIBEIRO, Alice; LEITE, João. Contributos para um Conceito de “Biblioteca Inclusiva”. In: 7º CONGRESSO DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 7., 2001, Porto. **Actas do 7º Congresso de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas**. Porto: Congresso BAD, 2001. p. 1-4.

ROSSETTO, Elisabeth; ADAMI, Anacleide Sobral; KREMER, Juçara; PAGANI, Nilton; SILVA, Marizete T. Nascimento. Aspectos Históricos da Pessoa com Deficiência. **Educere Et Educare**: Revista de Educação, Paraná, v. 1, n. 1, p. 103-108, jan./jun. 2006. Trimestral.

SANTANA, Ana Paula; BERGAMO, Alexandre. Cultura e Identidade Surdas: encruzilhada de lutas sociais e teóricas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 91, p.565-582, maio/ago. 2005.

SANTOS, Adriana Peres Almeida; CARLI, Braulio; CANO, Priscila Fiorelli. A acessibilidade da informação para deficientes visuais e auditivos. **Revista Anagrama: Revista Científica Interdisciplinar da Graduação**, São Paulo, v. 4, n. 4, p.1-9, jun./ago. 2011.

SECRETARIA DE ACESSIBILIDADE UFC-INCLUI (Ceará). Universidade Federal do Ceará (org.). **A Secretaria**. [201-a]. Disponível em: <<https://accessibilidade.ufc.br/pt/sobre/>>. Acesso em: 21 set. 2022.

SECRETARIA DE ACESSIBILIDADE UFC-INCLUI (Ceará). Universidade Federal do Ceará (org.). **Cartilha de Acessibilidade na UFC**. [201-b]. Disponível em: <<https://www.ufc.br/acessibilidade/cartilha-de-acessibilidade-na-ufc>>. Acesso em: 21 out. 2022.

SECRETARIA DE ACESSIBILIDADE UFC-INCLUI (Ceará). Universidade Federal do Ceará (org.). **Censo de Estudantes com Deficiência**: censo 2015. 2015. Disponível em: <<https://accessibilidade.ufc.br/pt/censo/>>. Acesso em: 09 out. 2022.

SECRETARIA DE ACESSIBILIDADE UFC-INCLUI (Ceará). Universidade Federal do Ceará (org.). **Censo de Estudantes com Deficiência**. 2020. Arquivo em excel. Disponível em: <<https://accessibilidade.ufc.br/pt/censo/>>. Acesso em: 19 set. 2022.

SECRETARIA DE ACESSIBILIDADE UFC-INCLUI (Ceará). Universidade Federal do Ceará (org.). **O que faz a Secretaria?** [201-c]. Disponível em: <<https://accessibilidade.ufc.br/pt/sobre/o-que-faz-a-secretaria/>>. Acesso em: 21 set. 2022.

SECRETARIA DE ACESSIBILIDADE UFC-INCLUI (Ceará). Universidade Federal do Ceará (org.). **Nossos Serviços**. [201-d]. Disponível em: <<https://accessibilidade.ufc.br/pt/servicos/>>. Acesso em: 16 out. 2022.

SIBI, Sistema de Bibliotecas e Informação (Rio de Janeiro). Universidade Federal do Rio de Janeiro (org.). **Comissão de Acessibilidade**. 2019a. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1ZI3e4U6W44iLNMWph9CWaSUNEUgudc7p/view>>. Acesso em: 24 out. 2022.

SIBI, Sistema de Bibliotecas e Informação (Rio de Janeiro). Universidade Federal do Rio de Janeiro (org.). **Ato da Comissão de Acessibilidade do Sistema de Bibliotecas e Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (SiBI/UFRJ)**. 2019b. Disponível em: < <https://drive.google.com/file/d/1GKIGMKUw3TCNAzKXFHFFrjYwMj9oZtdM/view>>. Acesso em: 24 out. 2022.

SIBI/DDB, Sistema de Bibliotecas e Informação: Divisão de Desenvolvimento de Bibliotecas (Rio de Janeiro). Universidade Federal do Rio de Janeiro (org.). **Acessibilidade em Números 2021**. 2021. Disponível em: < https://drive.google.com/file/d/1B44DPkJ3I_MBkiH2jv9PhGw9xToBXkn4/view>. Acesso em: 24 out. 2022.

SILVA, Cícero Carlos de Oliveira da; BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues. Percepções sobre Biblioteca Inclusiva. **Folha de Rosto**: Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Juazeiro do Norte, v. 1, n. 1, p. 30-43, jun. 2015. Semestral.

SOUZA, Mônica Sena de; COSTA, Maria de Fátima Oliveira; TABOSA, Hamilton Rodrigues; ARARIPE, Fátima Maria Alencar. Acessibilidade e inclusão informacional. **Informação & Informação**, Londrina, v. 18, n. 1, p. 1-16, 19 jun. 2013. Universidade Estadual de Londrina. <http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2013v18n1p1>.

STROBEL, Karin. **História da Educação de Surdos**. Florianópolis: Letras/Libras - UFSC, 2009.

TIMES HIGHER EDUCATION (org.). **Latin America University Rankings 2022**. 2022. Disponível em: <<https://www.timeshighereducation.com/world-university-rankings/2022/lat%C3%ADn-america-university-rankings>>. Acesso em: 24 out. 2022.

TORRES, Elisabeth Fátima; MAZZONI, Alberto Angel; ALVES, João Bosco da Mota. A acessibilidade à informação no espaço digital. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 3, p. 83-91, dez. 2002. Quadrimestral.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC (Ceará). **Dados Básicos 2015**. [2015]. Disponível em: <<https://www.ufc.br/a-universidade/ufc-em-numeros/9230-dados-basicos-2015>>. Acesso em: 20 set. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC (Ceará). **Lema, Missão, Visão e Compromisso**. [20--a]. Disponível em: <<https://www.ufc.br/a-universidade/conheca-a-ufc/60-lema-missao-visao-e-compromisso>>. Acesso em: 20 set. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC (Ceará). **Objetivos Institucionais**. [20--b]. Disponível em: <<https://www.ufc.br/a-universidade/conheca-a-ufc/59-objetivos-institucionais>>. Acesso em: 20 set. 2022.

VIEIRA, Anna da Soledade. Repensando a Biblioteconomia. **Ciência da Informação**, Brasília, n. 12 (2), p. 81-85, jul. 1983. Semestral.

GLOSSÁRIO

- **Alarme sonoro/Apitos:** permitem transmitir uma mensagem específica, quando utilizados seguindo padrão característico. Por exemplo: partida de embarcações, fechamento das portas dos trens do metrô, sinais sonoros de semáforos etc.
- **Alarme vibratório:** alerta, desperta ou transmite uma mensagem codificada, se estiver próximo suficiente para que a vibração seja percebida.
- **Alfabeto dactilológico:** permite soletrar palavras, nomes e siglas, pela configuração das letras do alfabeto da língua de sinais.
- **Alfabeto manual tátil:** sistema alfabético que corresponde à configuração da língua de sinais, às vezes com adaptações, sobre a palma da pessoa surdocega.
- **Alfabeto Moon:** 36 caracteres em relevo, representando em desenho estilizado as letras do alfabeto, os vocábulos and e the, os sinais de pontuação e os parênteses, aberto e fechado.
- **Audição residual:** capacidade de ouvir alguns sons mesmo na presença de uma perda auditiva.
- **Audiodescrição:** permite a compreensão de sons e elementos visuais imperceptíveis sem o uso da visão.
- **Central de Atendimento ao Surdo (CAS):** sistema instalado na central de atendimento de empresas públicas ou privadas, ou concessionárias de serviços públicos. Permite que, por meio do computador, sejam tiradas dúvidas e solucionados problemas de pessoas surdas usuárias de TS. Os atendentes necessitam de treinamento operacional, ético e cultural, para a eficaz comunicação com a comunidade surda.
- **Contraste cromático:** permite sinalizar obstáculos, guias e outros elementos do ambiente construído, bem como a boa visualização de gráficos, imagens, caracteres etc.
- **Correio eletrônico (email):** permite transmitir mensagens em textos e imagens, pela internet.
- **Dublagem em português:** por meio da substituição da locução estrangeira por falas em português, permite o entendimento por usuários da língua portuguesa.
- **Edição eletrônica de textos:** livros computadorizados, gravados em disquetes, CD ou minidisco.

- **Edição sonora de textos:** textos ou livros gravados em fitas K-7 analógicas.
- **Escrita na palma da mão:** consiste em escrever na palma da mão, preferencialmente em letras maiúsculas, com o dedo do interlocutor no centro da palma da mão ou em outra parte do corpo da pessoa surdocega. Outra modalidade é utilizar o dedo da pessoa surdocega para escrever a mensagem sobre uma superfície plana qualquer ou na palma da mão da própria pessoa.
- **FAX (facsimile):** permite transmitir, por meio da linha telefônica, mensagens impressas em preto e branco, como textos, desenhos, tabelas, gráficos, etc.
- **Formato DAISY (Digital Audio-based Information System):** permite a gravação e áudio, impressão em braille e em tipos ampliados.
- **Imagens:** permite transmitir mensagens de forma visual.
- **IP (internet):** permite, entre outras funções, o diálogo e a realização de reuniões com surdos, com cegos e entre eles, em tempo real (via chat) ou não, desde que processável por sistema de leitura de tela.
- **Legendas em texto:** permite decodificar mensagens orais ou visuais.
- **Leitura orofacial:** capacidade de decodificação dos movimentos dos lábios e das expressões da face de um falante, utilizada pelo segmento de surdos oralizados.
- **Letras em relevo:** capacidade de recepção da mensagem textual por meio do tato, que atende a pessoas com campo visual restrito e visão central deteriorada.
- **Libras em campo reduzido:** permite a recepção da mensagem em língua gestual por pessoas que tenham o campo visual restrito, havendo necessidade de alterar o ponto de localização, reduzir o tamanho do movimento, aumentar a duração e fazer a configuração de cada sinal de forma mais clara e concisa.
- **Libras escrita:** representação gráfica dos sinais por símbolos que correspondam a configuração das mãos, dos movimentos e das expressões faciais, utilizados na língua de sinais. Permite o registro da Língua de sinais sem passar pela tradução falada.
- **Libras Tátil:** sistema não alfabético que corresponde a língua de sinais utilizada tradicionalmente pelas pessoas surdas, mas adaptado ao tato. A informação é compreendida pela pessoa surdocega pelo contato de uma ou ambas as mãos, com as mãos do interlocutor.
- **Língua Brasileira de Sinais (Libras):** são sinais realizados com diferentes configurações das mãos que permitem a interpretação de mensagens orais ou

escritas, para a compreensão por determinado segmento de brasileiros surdos.

- **Locução digitalizada:** voz humana gravada em meio digital.
- **Locução gravada:** voz humana gravada analogicamente em fitas magnéticas (K-7 ou mini).
- **Locução sintetizada:** simulação da voz humana produzida por software.
- **Loops:** amplificador sonoro eletrônicos e individual, permite a recepção de mensagens sonoras.
- **Mapas:** representação em uma superfície plana e em escala menor de acidentes geográficos, áreas urbanas ou rurais, continentes, países etc.
- **Mapas Táteis:** com linhas em relevo, texturas e cores diferenciadas, informam, orientam e localizam objetos e lugares. São utilizados na orientação e mobilidade e em situações de ensino.
- **Material gráfico:** impressos em geral, destinados a informação e divulgação.
- **Painéis eletrônicos com informações textuais:** permite a transmissão de mensagens escritas, pré-gravadas ou em tempo real.
- **Pictogramas:** símbolo gráfico convencionado para transmitir determinada informação.
- **Pictogramas com texto:** símbolo gráfico complementado por informação em texto.
- **Pictogramas em relevo:** permitem simultaneamente a informação visual e tátil.
- **Pisos cromodiferenciados:** caracterizados pela utilização de cor contrastante em relação as áreas adjacentes, permitindo identificar e orientar trajetos.
- **Réplica em escala reduzida:** maquetes, conjuntos de peças ou unidades, utilizadas para transmissão de informações sobre ambientes, detalhes construtivos e peças de museus, aquários, zoológicos e outros. A noção de escala pode ser dada pela comparação do objeto com o tamanho do ser humano.
- **Retorno sonoro:** acoplado a teclas, botões ou outra superfície sensível ao toque, permite transmitir sinais, informações e orientações sonoras, preferencialmente, por locução.
- **Sinalização luminosa de alerta e alarme:** permite identificar visualmente, pela cor e pelos espaços de intermitência (flashes) convencionados, a existência de eventos sistemáticos ou de emergência.
- **Sinalização tátil no piso:** com textura e cor diferenciadas do piso adjacente, orienta

o percurso e sinaliza a existência de desníveis, objetos suspensos ou o correto posicionamento para o uso de equipamentos.

- **Sirenes:** quando utilizados seguindo um padrão característico, sinalizam o início, intervalo e término de turno escolar, de trabalho ou outro.
- **Sistema de ampliação de tela:** provido por software específico, ou lupa eletrônica, ou display digital, permite a utilização da visão residual na recepção de mensagens.
- **Sistema de intermediação surdo-ouvinte (SISO):** serviço provido pelas empresas concessionárias, ou operadoras do serviço de telefonia. Viabiliza a transmissão de uma mensagem falada para telefone de texto, ou videophone, e a transmissão de uma mensagem de texto ou gesticulada para telefone de voz.
- **Sistema de leitura de tela:** permite captar todas as informações textuais exibidas na tela do computador e as transmitir através de voz sintetizada.
- **Surdez pós-linguística:** pessoas nascidas com audição normal e que adquiriram, após o desenvolvimento da linguagem oral e compreensão da fala, perdas totais ou parciais da audição.
- **Tadoma:** consiste na percepção da língua oral emitida, mediante o uso de uma ou das duas mãos da pessoa surdocega como a seguir: geralmente o dedo polegar é colocado suavemente sobre os lábios e os outros dedos são mantidos sobre a bochecha, a mandíbula e a garganta do interlocutor.
- **Teletouch:** máquina de escrever que, na parte posterior do teclado, dispõe de um dispositivo onde surge a cela braille correspondente a letra digitada.
- **Telefone com amplificador de sinal:** permite ampliar significativamente o volume do som emitido pelo fone e pela campainha.
- **Telefone para Surdo (TS):** telefone com mensagem de texto para linha telefônica fixa convencional. Com teclado, visor e monofone, permite a comunicação entre usuários surdos e entre surdo e ouvinte e vice-versa.
- **Telefone público para Surdo (TPS):** telefone público com mensagem de texto. Com teclado, visor e monofone, permite a comunicação com e entre usuários de TS.
- **Texto em braille:** código composto por seis pontos em relevo, com 63 combinações possíveis que representam letras do alfabeto, sinais de pontuação e outros. Permite a edição de textos legíveis pelo tato e a aquisição da correta ortografia.
- **Texturas diferenciadas:** permitem a recepção de mensagens em texto, imagens, gráficos, tabelas, pictogramas, etc. pelo tato.

- **Thermoforme:** sistema de reprodução de documentos em relevo, páginas de escrita em braille, gráficos, desenhos, esquemas, etc. Requer uso de papel plastificado especial.
- **Tipologia aumentada:** caracteres em fonte ampliada (26, por exemplo) que permitem a utilização de visão residual para leitura de textos.
- **Transcrição de fala em tempo real:** por estenotipia, reconhecimento de voz ou outro sistema, permite o registro escrito de aulas, audiências, reuniões, diálogos etc.
- **Videophone:** permite a conversação entre usuários da língua de sinais, bem como a comunicação entre um usuário de telefone de voz e usuário de LIBRAS, intermediada por um intérprete de LIBRAS da central de chamadas, utilizando a internet.
- **Visão residual:** baixa visão.
- **Webcam:** permite a comunicação pessoal via internet, em tempo real, entre usuários da leitura orofacial, de LIBRAS e outros.